Tribuna da Luta Operária

ANO VIII - Nº 310 - DE 4 A 10 DE MAIO DE 1987

Cz$ 8,00

O QUE MUDA COM A TROCA DE MINISTROS

Em meio a cenas grotescas, o governo promoveu na semana passada alterações no seu ministério, pouca coisa deve mudar.
Veja na página 3.

EDITORIAL

Novela enfadonha

A novela do momento é a da reforma ministerial. Já foram alterados os titulares da Casa Civil, da Fazenda e do Interior. Os espectadores mostram-se descontentes com os capítulos até agora apresentados. Por que tanta demora em substituir Marco Maciel por Costa Couto? A troca de ministros pode levar a uma mudança nas orientações e nos métodos de governo?

As destituições e nomeações são acompanhadas de uma verdadeira guerra de declarações. Realizam-se inúmeras reuniões de governadores, dirigentes de partidos, deputados e senadores. Mas neste jogo de pressões e contrapressões os brasileiros não encontram sinais que representem soluções progressistas para os problemas do país. A experiência faz pensar que estas mudanças de nomes não trarão benefícios para os trabalhadores. As transformações reclamadas pela nação continuam emperradas.

Alguns políticos afirmam, inflamados, que a escolha dos ministros é de competência exclusiva do presidente. Líderes do PDS e do PFL, por exemplo, reclamaram que o PMDB "mateve o presidente prisioneiro" na escolha do sucessor de Dílson Funaro. Mas o mesmo PFL ameaçou "pegar o chapéu" e passar para a oposição se o presidente mexer nos ministérios ocupados por Aureliano Chaves e Antônio Carlos Magalhães. Todos acham que o presidente é "livre", desde que satisfaça seus pedidos.

Nesta ciranda ministerial o que se constata é que acima da política maior, que deveria contemplar os interesses do povo e da nação, prevalecem as questões menores, a procura de cargos, o jogo de influências, a disputa de privilégios, a reivindicação de verbas para atender a projetos de grupos e assim por diante.

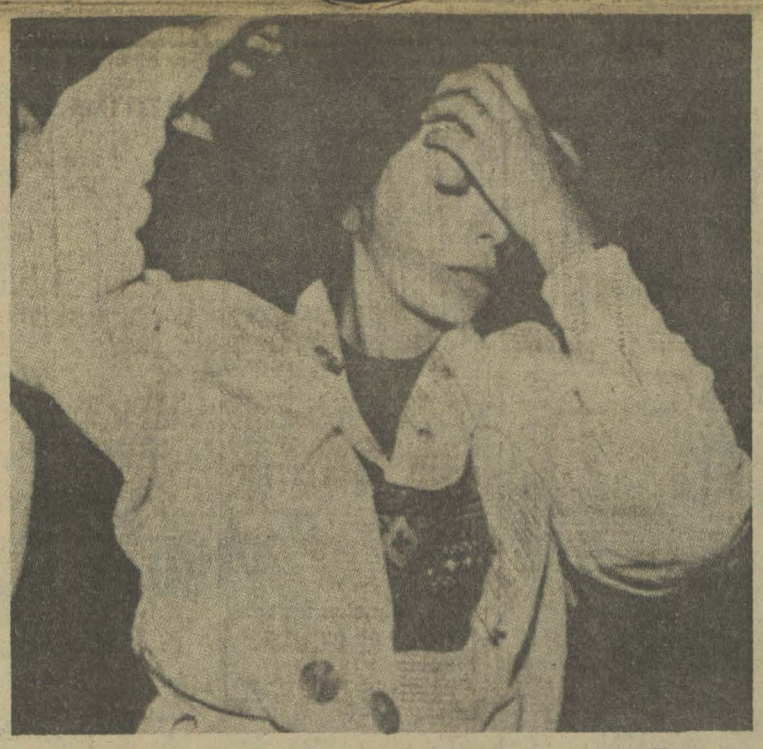
Atualmente este emaranhado de ambições se acopla a uma profunda crise econômica e política. O governo, sem uma política capaz de atender às necessidades do Brasil, entra numa espiral acentuada de descréditos. É alvo do boicote desavergonhado do imperialismo, que não aceita mesmo os tímidos movimentos ensaiados em relação à moratória da dívida externa. Enfrenta também a oposição progressista e democrática, que não pode acatar as restrições à liberdade de greve e de organização e nem as medidas antipopulares e de arrocho salarial adotadas.

O presidente revela o grau de desgaste a que chegou ao permitir que a apresentação do novo ministro da Fazenda fosse feita, no próprio Palácio do Planalto, pela cúpula do PMDB e não pelo chefe do governo. E o PMDB, diante desta realidade, trata de ocupar o espaço vago reforçando a tese do mandato presidencial de quatro anos.

A mudança do ministério não significa a alteração do projeto da grande burguesia. Representa mais um acomodamento conjuntural. As linhas mestras na política e na economia permanecem.

Os homens escolhidos podem ser mais adequados para a situação atual, podem contentar a este ou aquele grupo que saiu fortalecido nas últimas eleições, podem aparar certas arestas e facilitar a superação de impasses criados nas negociações com os banqueiros internacionais, podem mesmo representar certas concessões a mais aos credores, mas estão dentro do mesmo esquema dominante desde a formação da Nova República.

O governo não é débil apenas pelos nomes que o compõem mas, sobretudo, pelos objetivos a que se propõe, para atender aos interesses da grande burguesia. O povo não pode portanto alimentar esperanças nesta troca de guarda, por mais estardalhaço que se faça em torno dela.



Uma brasileira é refém de Israel

Lamia Hassan, brasileira de origem palestina, foi condenada à prisão perpétua pelos sionistas. **Pág.2**

Trabalho escravo cresce no campo e fica impune

A cada ano surgem novas denúncias de escravidão no país. O Ministério da Reforma Agrária fez um dossiê sobre o assunto, mas ninguém foi punido. Bandos armados mantém os trabalhadores sob vigilância constante e os que tentam fugir são torturados ou mortos. Nem mesmo as crianças são perdoadas. ***Veja na última página***

Constituinte: algo novo assusta os conservadores

Saiba por que eles insistem tanto na velha tese da "Constituição sintética". Acompanhe os avanços das subcomissões e veja como o movimento popular está ocupando o espaço que elas oferecem. **Pág. 4**

O poeta da vila e da canção popular

Cinqüenta anos após a morte de Noel Rosa, suas canções ainda influenciam a produção popular e são referência de uma arte ligada ao povo. **Pág. 7**

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A serviço da direita

PORTUGAL ente Mário Soares antecipou as eleições parlamentares portuguesas para 19 de julho. Às vésperas do processo de reforma constitucional, o governo passa por uma séria crise. A decisão de Soares, antecipando as eleições, facilita as manobras da direita, após a queda do ministério conservador liderado por Aníbal Cavaco Silva.

O governo de Cavaco Silva (Partido Social-Democrata) caiu ante uma moção da censura apresentada pelo Partido Renovador Democrático, do ex-presidente Ramalho Eanes, e aprovada pelo parlamento. Os desentendimentos entre o parlamento e o ministério já eram grandes, mas os partidos de oposição demoraram a tomar alguma iniciativa. O PRD, desgastado por apoiar medidas reacionárias do governo, jogou então sua cartada: apresentou a moção de censura e arvorou-se em grande partido de oposição.

Já o Partido Socialista, de Mário Soares, ficou na indecisão. A conjuntura política obrigou-o a votar a favor da moção, evitando contudo abrir espaços para o PRD.

LIBERALISMO E DIREITA

A Constituição estabelece que quando um governo é destituído, restam duas alternativas: ou o parlamento é dissolvido e novas eleições são convocadas, ou o segundo maior partido do parlamento forma um novo governo. Este segundo maior partido é, atualmente, o PS, e ele poderia formar o governo. Mas Soares e seus correligionários evitaram isso.

Mário Soares pretende se reeleger para a Presidência da República, em 1991. Por isso, quer que seu partido se fortaleça eleitoralmente (foi derrotado nas últimas eleições parlamentares). Um governo do PS, nessas condições, forçaria o partido a realizar alianças com o PRD, de Eanes, e os revisionistas do PCP, já que o PS é minoritário no parlamento.

Aliado a isto, PS e PRD disputam o mesmo espaço político, ou seja, o campo de oposição ao ex-governo de Cavaco. Isso faz com que a possibilidade de aliança PS/PRD seja descartada, prevalecendo as desavenças entre as duas agremiações.

Segundo o presidente Soares, "não tem sentido o PS formar o governo uma vez que ele foi derrotado nas últimas eleições, e não quero ver meu partido prisioneiro de eanistas e comunistas". Daí a decisão de convocar as eleições para 19 de julho.

A medida agradou bastante a direita. O ex-primeiro-ministro Cavaco Silva contava com essa briga dos partidos oposicionistas para recuperar terreno. Agora, o PSD buscará se reabilitar nessas eleições e voltar ao governo - desta vez com mais estabilidade.

Essa situação ocorre num ano onde estão previstas reformas constitucionais. É natural que as correntes políticas briguem para obter a maioria no parlamento. A direita é minoritária hoje. Uma nova eleição pode ser a chance para ela se recuperar. Soares tem horror de ficar "prisioneiro" do PRD e PCP. Mas não teme uma vitória da direita...

PROPOSTA COMUNISTA

O Partido Comunista Reconstruído de Portugal defende que o PS forme o governo. Não por achar que o PS irá resolver os problemas do povo português. Mas por ser esse o único caminho capaz de frear os objetivos da direita.

Segundo o jornal "Bandeira Vermelha", órgão central do PCR, "a situação é bastante grave. A manutenção da direita no poder significará a utilização de todo o aparelho estatal ao serviço da comissão eleitoral de Cavaco. A direita trabalha de forma a vir a criar as melhores condições para se fazer uma revisão constitucional onde, com o menor número de contradições possível, possa impor as exigências do grande capital, da Comunidade Econômica Européia, do imperialismo. A direita, o governo do PSD, atua nesse sentido. Não é só um ou outro artigo que se pretende alterar, mas sim dez anos de lutas, de contradições, de conquistas que ainda persistem como das mais avançadas da Europa".

"Ao movimento operário e popular cabe resistir, paralisar essa ofensiva, abrir brechas e contradições para melhor poder lutar. Tem de encontrar as respostas para o momento: por isso deve exigir que o PS forme o governo".

(Dennis de Oliveira)

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

Bandeira Vermelha

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA (RECONSTRUÍDO)

DIRECTOR: PAULO DE SOUSA — SEMANÁRIO — ANO XI — 9 DE ABRIL DE 1987 — PREÇO 35$00 — Nº 586

Preto no branco

Galináceos

A Nação está suspensa da palavra de Mário Soares.

Os centros de pressão movimentam-se, os clubes de opinião excitam-se a agitam-se. Acumulam-se argumentos sobre argumentos.

O povo interroga-se: que espera o Presidente para convidar o PS a formar governo, sendo essa a solução rápida e eficaz para tirar a direita do poder, dispensando discussões morosas e negociações complicadas?

Terá Mário Soares medo de pôr o seu partido no governo?

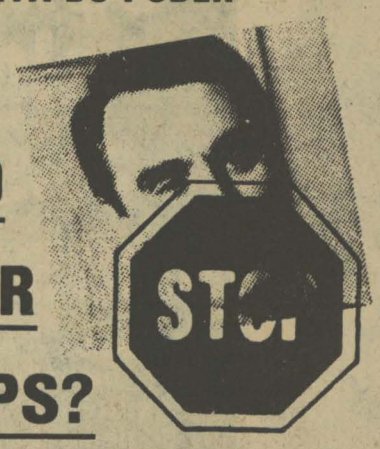
Os rapazinhos da esquerda liberal, como a si próprios se classificam, encarregam-se de explicar qual deve ser a estratégia da esquerda democrática e portanto de Soares: convocar eleições.

Tanto melhor se é essa a solução de Cavaco, da CEE, do imperialismo.

Eles descobrem a esquerda dentro do

AFASTAR A DIREITA DO PODER

SOARES TEM MEDO DE FORMAR GOVERNO PS?



pág. 3 e Editorial

O jornal dos comunistas portugueses

Taufik e a brasileira Lamia: reféns dos invasores terroristas na Cisjordânia

SIONISMO

Uma refém brasileira em Israel

O governo sionista de Israel condenou a jovem brasileira Lamia Maruf Hassan, de 21 anos - de origem palestina - à prisão perpétua, no último dia 28. Seu marido, Taufik Abdallah, também foi condenado à prisão perpétua, num julgamento anterior, em outubro.

Lamia e Taufik vivem na Cisjordânia, território palestino invadido pelo Exército terrosita de Israel. Eles foram condenados sob a acusação de participarem da execução de um soldado invasor, em novembro de 1984, e de pertencerem à Al Fatah, grupamento político integrante da Organização pela Libertação da Palestina.

Presos no início do ano passado, Lamia, seu marido e mais dois outros palestinos foram submetidos às condições carcerárias mais precárias. O marido e os colegas de Lamia foram barbaramente torturados. A brasileira ficou detida ilegalmente e no mais completo isolamento.

O julgamento da jovem brasileira ocorreu no tribunal militar de Nablus. Ela deverá cumprir pena na prisão feminina de Nezeh-Tirzah. Sua filha, que tinha dois anos à época da execução do soldado sionista, está com os avós, em São Paulo. Não há apelação para a sentença. A esperança da família é que Lamia seja indultada pelo governo de Israel (o que acarretaria na sua expulsão do país), ou "que seja negociada uma troca de reféns", como afirmou Taissir, irmão de Lamia.

DÓLAR

O sistema em xeque

Nos últimos dias o cenário econômico-financeiro internacional tem sido marcado por grandes oscilações nas medidas de valores. O dólar norte-americano chegou ao seu mais baixo nível das últimas quatro décadas (foi cotado a 139,15 ienes no dia 28 de abril). A tendência de queda do dólar, que já dura dois anos, aliada a outros aspectos da crise monetária e financeira como, por exemplo, a dívida dos países dependentes, coloca em cheque todo o sistema monetário.

O ouro, que em 1982 chegou a ser cotado em 815 dólares a onça-troy (31 gramas), atingiu menos de 400 dólares em 1986, e começa a dar sinais de nova elevação significativa.

HEGEMONIA IANQUE

O sistema monetário internacional é caracterizado, particularmente após a II Guerra Mundial, pelo hegemonismo estadunidense. No final da II Guerra, os EUA consolidam-se como a grande potência imperialista, respondendo por 55% da produção industrial e 75% das reservas de ouro do mundo. Suas tropas militares estavam estacionadas em boa parte do globo. Em 1944, reuniu-se em Bretton Woods, Estados Unidos, a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, onde se instituiu um sistema monetário a serviço, principalmente, dos monopólios ianques.

O dólar foi colocado como valor de reserva internacional, substituindo o ouro e deslocando ainda mais a libra esterlina. A moeda ianque passou a ser referência das transações mundiais. Foram criados organismos para gerenciar este sistema, que deram origem ao FMI, ao Banco Mundial e ao GATT. Nova Iorque institucionalizou-se como o centro das finanças internacionais. Qualquer pendência sobre as dívidas brasileiras, por exemplo, são julgadas pelos juízes da Comarca de Nova Iorque!

Os imperialistas norte-americanos tiveram grandes facilidades para exportar seus capitais escravizantes para todo o mundo. Passaram a "comprar" fabricando simples papel impresso - o dólar sem lastro em ouro e desproporcional às mercadorias produzidas.

DECADÊNCIA

O parasitismo crescente do capitalismo e o desenvolvimento desigual dos países capitalistas levaram os EUA a uma difícil situação, via de regra "aliviada" com a exploração e empobrecimento dos povos dependentes. Ao mesmo tempo, ocorre um expressivo acirramento das disputas interimperialistas. O aumento do protecionismo, as disputas comerciais, o caso do comércio de semicondutores entre o Japão e os EUA etc. atestam este fato.

A decadência ianque é evidente. A produção do aço, que atingira 105 milhões tn. em 1975, caiu para 77 milhões em 1986. A balança comercial estadunidense em produtos de alta tecnologia, que era superavitária em 25 bilhões de dólares em 1980, acumulou em déficit de 2,6 bilhões em 1986. O déficit público, devido aos astronômicos gastos militares, passa de 200 bilhões de dólares ao ano. O déficit comercial, que era de 150 bilhões em 1985, passou de 170 bilhões no ano passado.

O que há de novo é que, até 1981, os rendimentos que os EUA recebiam de seus investimentos externos cobriam os déficits comerciais. Já em 1986, o déficit em conta corrente atingiu 140 bilhões de dólares - este item do balanço de pagamentos inclui as contas comerciais e os recebimentos de juros, lucros e outros serviços.

PERDA DE SUBSTÂNCIA

Assim, além de emitir mais dólares, espalhando inflação pelo mundo, os EUA passaram a recolher dinheiro da Europa, do Japão, e aumentaram o saque dos países dependentes. Apesar da resistência ianque, vem crescendo a demanda pelo marco alemão e o iene japonês no mercado de moedas. Isto explica a tendência de queda do dólar, por um lado, e os esforços - sob pressão dos EUA - do Japão, da Alemanha e outros países para "sustentar" o dólar através de compra de moeda americana pelos seus bancos.

Ao verificarmos a perda de substância da economia norte-americana, não podemos deixar de acentuar que este quadro, ao contrário de um enfraquecimento efetivo do domínio dos EUA, aponta no sentido de tentativas de maior espoliação dos povos dependentes. Atesta também o acirramento da luta interimperialista que, em outras épocas, levou à eclosão de guerras mundiais.

(Agenor da Silva)

FAÇA JÁ SUA ASSINATURA!

Tribuna da Luta Operária

Semanário Nacional

Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo.

Anual (52 edições) □ Cz$ 800,00
Anual popular (52 edições) □ Cz$ 400,00
Semestral(26 edições) □ Cz$ 400,00
Semestral popular (26 edições) □ Cz$ 200,00
Anual para o exterior (em dólares) □ US$ 70,00

Nome: .....

.....

Endereço: .....

.....

Bairro: .....

Cidade: ..... CEP: .....

Estado: .....

Profissão: .....

Data. .....

Recorte este cumpom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda
Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — S. Paulo
CEP: 01318

Pelo mundo

Negros, é claro...

Dezesseis mil grevistas demitidos. Não, esta não é uma obra do prefeito de São Paulo. A arbitrariedade, desta vez, ocorreu na África do Sul. O governo racista demitiu 16 mil ferroviários que estavam em greve, há 42 dias, exigindo melhores salários. Na maioria, negros. é claro....

Eleições em junho

O primeiro-ministro Amintore Fanfani anunciou, dia 28, a antecipação das eleições gerais, que seriam realizadas no ano que vem, para o próximo 14 de junho. O parlamento italiano negou ao primeiro-ministro o voto de confiança para seu gabinete, obrigando-o a entregar o cargo ao presidente Francesco Cossiga e antecipar as eleições.

General réu

O chefe do Estado Maior do Exército da Argentina, general José Dante Cariri, deverá depor na Justiça Civil sobre seu envolvimento em assassinatos e torturas de oposicionistas durante a ditadura militar. Caridi foi nomeado chefe do Estado Maior no último dia 20, substituindo o general Hector Rios Erenu, por pressão dos militares que tentaram um golpe de Estado em meados de abril.

10 anos de lutas

Mais de 10 mil pessoas participaram do ato de 10º aniversário das "Mães da Praça de Maio", dia 28 em Buenos Aires. A organização é formada por familiares dos cerca de 30 mil desaparecidos durante os governos dos generais, na Argentina. A presidenta das "Mães", Hebe de Bonafini, disse que a luta agora é para que o "princípio de obediência devida" (que livraria da prisão os militares carrascos) não seja validado pela Justiça.

Enfim, em casa

Depois de quatro anos de exílio e cinco tentativas frustradas de voltar ao país, o dirigente do Partido Liberal Radical Autêntica, Domingos Laino, finalmente conseguiu desembarcar no Paraguai, dia 25. O ditador Stroessner proibiu manifestações no desembarque do líder oposicionista, mas não pôde impedir seu regresso no país.

Haja cinismo

Deu no "Washington Post": "A maioria dos norte-americanos contemplará estes últimos cinco anos como tempos de prosperidade". E por que não? Até 1986, o país consumiu anualmente 140,6 bilhões de dólares em bens e serviços mais do que produziu. Isso equivale a 580 dólares por pessoa, uma almofada muito agradável, uma cortesia de fornecedores de empréstimos estrangeiros. Oxalá eles (os credores dos EUA) não comecem a pressionar os Estados Unidos com tanta dureza como estão pressionando o Brasil e o México.

Crime impune

Um tribunal especial reabriu o caso Benigno Aquino, colocando em julgamento novamente os acusados pelo assassinato do ex-dirigente da oposição filipina, marido da presidenta Corazón. Além dos 25 soldados e um civil absolvidos num julgamento forjado pelo ex-ditador Ferdinando Marcos (na verdade, o mandante do crime), foram indiciados mais 16 suspeitos.

Pixotes chineses

"Em 1986, 52% de todos os crimes julgados nas cortes do país foram cometidos por pessoas com menos de 25 anos, uma estatística mais alta do que a de 1983". A confissão é do criminologista chinês Zhang Liqun. Na China de Deng Xiao Ping, a idade dos delinqüentes vem baixando - muitos cometem seu primeiro ato ilegal aos 11 ou 12 anos. Um mal típico do regime burguês.

Vitória operária

O governo da Iugoslávia cedeu às lutas operárias na semana passada e resolveu modificar a lei salarial imposta ao país em fevereiro. A lei condicionava os rejustes à produtividade e majorava preços de artigos de primeira necessidade. Dezenas de greves eclodiram contra a lei do arrocho do governo que se diz "socialista". Também no mundo revisionista a luta operária obtém vitórias.

Mercado negro

Somente na república da Rússia, o mercado negro movimentou no ano passado 11 bilhões de rublos (Cz$ 387 bilhões). A informação é do jornal oficial "Sovietskaya Rossiya". O governo antimarxista de Mikhail Gorbatchev, para diminuir essa movimentação antisocialista optou por legalizá-la, e baixou normas que possibilitam o livre desenvolvimento de pequenos capitalistas no país.

Caem os preços

Entrou em vigor na Albânia uma nova rebaixa nos preços de medicamentos. É a segunda, desde 1983. A queda no preço de 41 medicamentos implicará num ganho anual para o povo de mais 4 milhões de leks. Os medicamentos servem para o tratamento de doenças do coração, tensão arterial, diabetes etc. Segundo o vice-presidente do Comitê dos Preços, Mynyr Maska, a rebaixa "testemunha o sucesso da nossa indústria farmacêutica, que aumentou a produção e melhorou a qualidade dos medicamentos".

CEDEM — Centro de Documentação e Memória — Fundação Maurício Grabois

DÍVIDA EXTERNA

A "generosidade" do império nipônico

O Japão poderá conceder um crédito de 30 bilhões de dólares aos três países mais endividados da América do Sul (Brasil, México e Argentina), de acordo com informações divulgadas na semana passada pelo ex-ministro das Relações Exteriores daquele país, Shintaro Abe.

Não há, ainda, muitos detalhes da proposta, cujo anúncio, na verdade, chegou a surpreender até mesmo algumas autoridades japonesas. Seria, pelo que se diz, uma variação sofisticada do chamado Plano Baker, apresentado pelo secretário do Tesouro norte-americano na reunião conjunta do FMI com o Banco Mundial, realizada na Coréia do Sul em 1985, que previa empréstimos de 20 bilhões de dólares aos devedores.

O Plano Baker, como se sabe, é hoje motivo de chacota, já que dinheiro algum foi liberado desde então pela comunidade financeira internacional. Mas deve-se dizer, a favor dos japoneses, que eles, ao menos, possuem excedentes disponíveis para aplicações em outros países, o que não é, em absoluto, o caso dos Estados Unidos. (ver matéria na página 2).

O desembolso ocorreria num prazo de três anos, sendo que seriam destinados 15 bilhões de dólares do Brasil. Afirma-se que os créditos não serão condicionados a importações de produtos japoneses, pois teriam sobretudo a finalidade de amenizar a crise da dívida externa, regularizando o fluxo de lucros para os bancos, em especial os estadunidenses.

Se viabilizada, a proposta japonesa teria um efeito múltiplo, segundo seus defensores. Em primeiro lugar, poderia amenizar o grave conflito comercial entre Japão e Estados Unidos. Os empréstimos, ao mesmo tempo que representam um desafogo para bancos norte-americanos, beneficiariam indiretamente os exportadores ianques ao aumentar a capacidade de importação dos endividados, aliviando a pressão protecionista.

MAIOR DEPENDÊNCIA

Um outro aspecto relaciona-se com a necessidade de empregar os grandes excedentes decorrentes dos saldos comerciais japoneses (que no ano passado foram superiores a 90 bilhões de dólares). De quebra, a presença do imperialismo nipônico nos países dependentes cresceria ainda mais.

De qualquer forma, é preciso esperar o anúncio mais detalhado das intenções do governo japonês. Sabe-se que dificilmente esses recursos serão liberados sem condicionalidades e provavelmente implicarão em imposições semelhantes às do FMI e Banco Mundial. É certo, igualmente, que pouco contribuirão para resolver o problema dos endividados (com débitos totais, em todo o mundo, de 1 trilhão de dólares). Muito menos estão de acordo com os interesses das nações que, em tese, seriam beneficiados, pois representarão, em primeiro lugar, apenas o adiamento e o aumento de suas dívidas externas e, por este meio, da dependência.

Direita ataca em Manaus

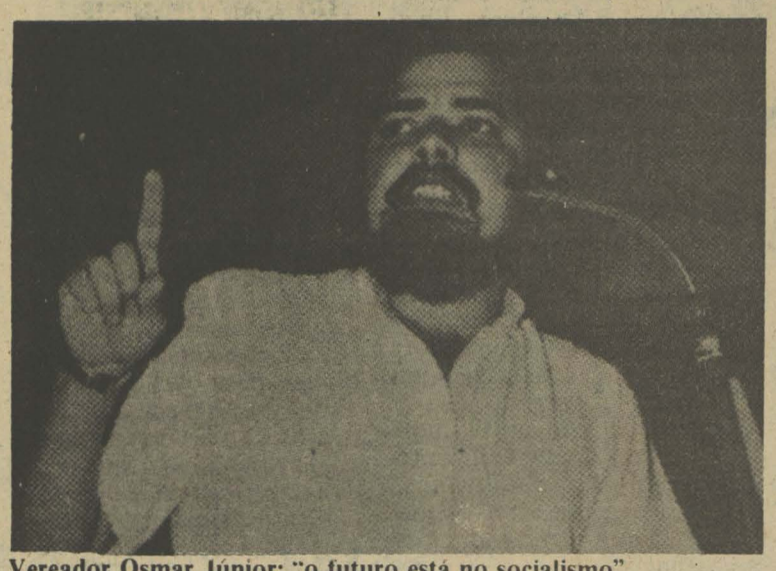
Sob o pretexto de se apossar de uma máquina de escrever, o grupo de orientação direitista JUVA (Juventude de Vanguarda do Amazonas) invadiu, na tarde de 27 de abril, contando com apoio do governador Amazonino Mendes, a sede do Partido Comunista do Brasil. O grupo tentou alegar, sem fundamento, que a máquina pertencia à União dos Estudantes Secundaristas.

A agressão soma-se à ofensiva do governo do Estado para pôr as entidades democráticas a seu serviço. Assim foi na CGT, onde uma plenária esvaziada, com a presença do chefe da Casa Civil do governo, golpeou a diretoria legitimamente eleita em Congresso e impôs uma comissão de pelegos e sindicalistas atrasados. Assim é a ofensiva contra a entidade dos professores, com medidas antipopulares como o fim do piso salarial, da eleição direta para diretores etc.

No caso da JUVA, parte de seus militantes recebe mensalmente salário do Estado e há várias denúncias de aliciamento de presidentes de grêmios através de promessas de emprego público ou ameaça de suspender o pagamento (feito pelo Estado) dos que perdem eleição nos grêmios. No atentado ao PC do B, o grupo provocador agrediu um dirigente comunista.

As entidades democráticas e populares, vários partidos políticos e personalidades divulgaram nota de protesto contra o atentado fascista patrocinado pela JUVA e o governo do Estado.

(da sucursal)



Vereador Osmar Júnior: "o futuro está no socialismo"

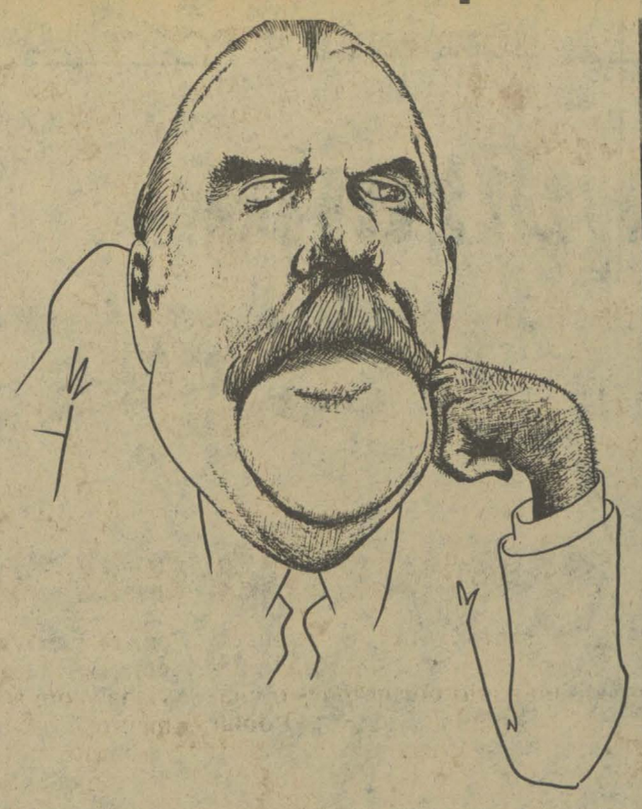
TERESINA

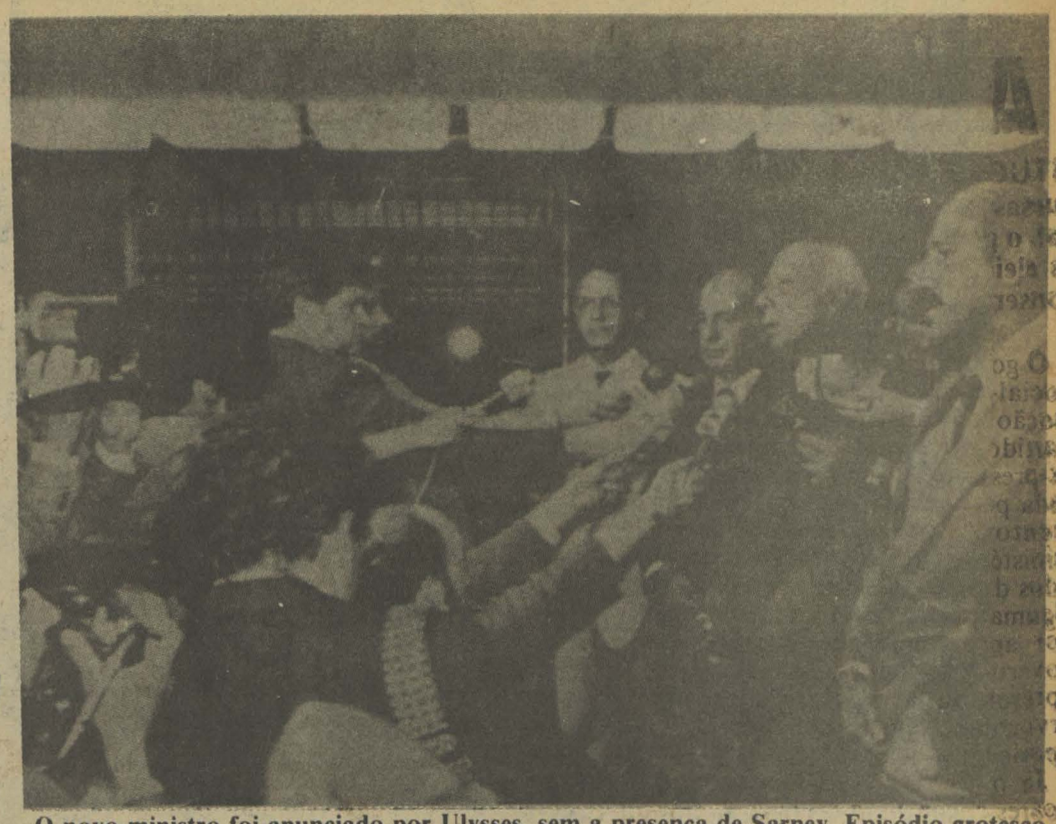
Vereador no PC do B

O vereador Osmar Júnior, de Teresina, ingressou oficialmente no PC do B no último dia 24, em ato com a presença de mais de 500 pessoas. Destacou-se no plenário da Assembléia Legislativa, onde ocorreu a solenidade, a presença da delegação de Itararé, o mais populoso bairro da capital do Piauí. Durante as semanas que precederam o ato, Teresina presenciou uma grande campanha de propaganda feita pelo PC do B.

Compareceram à solenidade diversos partidos políticos, personalidades e entidades democráticas e populares, artistas e intelectuais. Estavam presentes os deputados Marcelo Castro, José Reis; vereadores Olímpio Castro, Ivaldo Fontenele e Sena Brasil; os secretários municipais Deusdete Nunes e Guiomar Passos; o superintendente da Cepro, Manuel Domingos; o secretário-geral da Fetag, Osmar Araújo, entre outros. A deputada Lídice da Mata representou a bancada do PC do B na Assembléia Constituinte.

Após demorados aplausos o vereador Osmar Júnior fez um discurso emocionante. Lembrou que "o futuro da humanidade está no socialismo, pois o capitalismo só tem gerado opressão e miséria". Na ocasião filiaram-se também ao PC do B o suplente de deputado estadual Modesto Paulino, o professor Luíz Carlos Puscas; o presidente da CGT-PI, Genésio Nunes; o ex-presidente do DCE, Elivaldo Barbosa, e a cantora e compositora Zezé Fonteles.





O novo ministro foi anunciado por Ulysses, sem a presença de Sarney. Episódio grotesco

TROCA NO MINISTÉRIO

Novos nomes. A mesma política

Depois de muitas idas e vindas, o governo efetuou algumas alterações no seu Ministério durante a semana passada, substituindo os titulares da Fazenda, do Gabinete Civil e do Interior. Foi mais uma tentativa de "ajustamentos" dentro de um quadro de grave e indisfarçável crise do regime. Não se deve esperar mudanças significativas.

O processo de troca de ministros teve lances grotescos, evidenciando as dificuldades do atual governo. Mas acabou concluído com a indicação do empresário Luiz Carlos Bresser Pereira, do PMDB, ex-secretário de Montoro e de Quércia, para a Fazenda, Ronaldo Costa Couto, também do PMDB, para a chefia da Casa Civil (agora sensivelmente esvaziada), e Joaquim Francisco Cavalcanti, do PFL, para o ministério do Interior, antes ocupado por Costa Couto. Um arranjo mambembe, certamente.

A moratória não foi do agrado dos credores externos

A substituição mais importante, e complicada, foi no Ministério da Fazenda. A queda de Dílson Funaro decorreu de um jogo múltiplo e contraditório de pressões. Os banqueiros estrangeiros desempenharam papel relevante.

Já estava mais que notória a incompatibilidade do ex-ministro com os credores externos. A negociação da dívida externa entrou em impasse após a decretação da moratória e a cabeça de Funaro foi colocada a prêmio pela comunidade financeira internacional.

Também no interior do país as forças de direita, ligadas ao imperialismo, usaram artilharia pesada: "Houve muita incompreensão quando o Brasil suspendeu o pagamento de sua dívida externa, e as incompreensões foram maiores dentro do país do que lá fora", revelou Funaro.

Por motivos diferentes (exigindo basicamente um fluxo maior de verbas da União para os Estados), os governadores de São Paulo, Rio e Minas também passaram a bombardear a Fazenda.

Somou-se a tudo isto um descontentamento generalizado com os rumos da política econômica. O ex-ministro chegou a desfrutar grande popularidade em 1986, no auge do Cruzado, pousando de defensor do congelamento contra a especulação dos poderosos.

Porém, em novembro, perdeu todo o apoio que tinha conquistado, ao decretar o chamado Cruzado 2 e iniciar o processo de realinhamento dos preços, que resultou na volta e agravamento da inflação. Os salários perderam nada menos que 16% do poder de compra médio real, centenas de pequenos empresários faliram no campo e na cidade.

A moratória, decretada mais pela simples impossibilidade de continuar pagando do que por razões de soberania, não causou entusiasmo. E a proposta de renegociação da dívida, embora em moldes diferentes da época dos militares e não muito do agrado dos credores, visava (como ainda visa) sobretudo equacionar os problemas da acumulação e expansão dos negócios da grande burguesia brasileira, não alterando a espoliação da nação pelos monópolios estrangeiros.

Diante deste conjunto de fatores o sentimento popular só podia ser de frustação e descontentamento. Funaro acabou isolado no Ministério da Fazenda, uma presa fácil para seus desafetos.

O governo busca uma saída para o impasse da dívida

A conduta da grande burguesia brasileira na negociação com os bancos estrangeiros não se orienta no sentido do confronto, ela busca uma composição de interesses. Não lhe interessa o impasse atual.

É, principalmente, a necessidade de desobstruir o caminho para um acordo que explica substituição de Funaro por Bresser. O anúncio do novo ministro foi feito por Ulysses Guimarães, sem a presença do presidente Sarney (que preferia indicar o governador do Ceará, Tasso Jereissati).

A alteração não parece caracterizar mudanças no programa econômico dos governantes. Os banqueiros estrangeiros, embora contentes com a demissão de Funaro, não chegarão facilmente a um acordo com o Brasil nos termos que vêm sendo propostos. "A surpresa estaria, isto sim, em cessarem suas ameaças e em abandonarem seus propósitos desestabilizadores", como disse o ex-ministro ao transferir o cargo na quarta-feira.

O novo ministro pretende promover alguns ajustes nas metas econômicas (reduzindo, para 3 a 3,5%, a perspectiva de crescimento e estimulando exportações), mas promete manter a redução da transferência de recursos do país ao exterior (no curto prazo) e a manutenção da moratória até que se chegue a um acordo neste sentido.

Foi feito um pequeno ajuste na tática, que serviu para evidenciar, uma vez mais, a impotência da burguesia para realizar mudanças de profundidade, como disse, aliás, o ex-ministro Funaro, a quem passamos a palavra: "Este país, que tem uma longa tradição de profundas desigualdades sociais, tem também revelado alarmante incapacidade de alterar as estruturas políticas e econômicas que acentuam os privilégios e perpetuam a sub-cidadania", devido à "resistência dos privilegiados e a impotência dos oprimidos".

BANQUEIROS

Uma tempestade em copo d'água

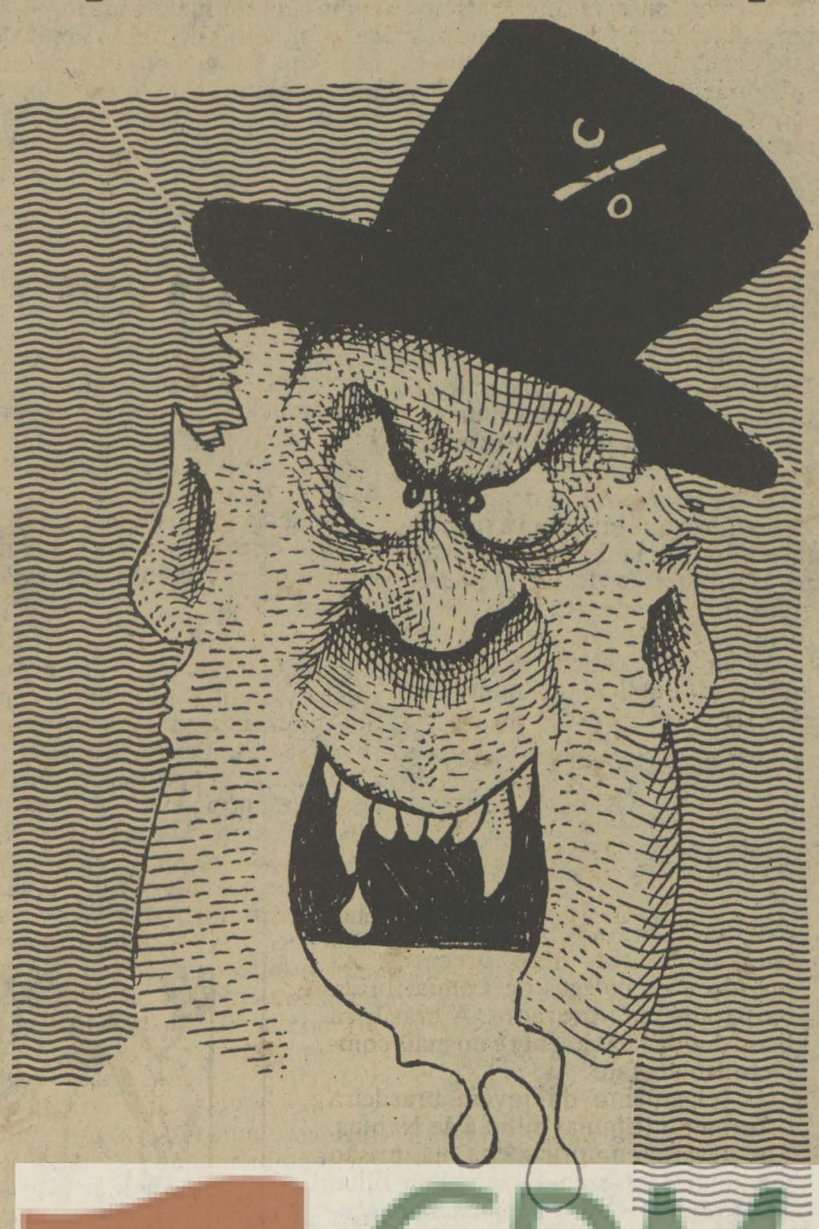
Os banqueiros sofreram pouco. Mas gritaram muito contra as tímidas medidas que, poucos dias antes de sair do Ministério da Fazenda, o senhor Dílson Funaro adotou no sentido de coibir o que ele mesmo classificou de "abusos" praticados pelos capitalistas que atuam no setor financeiro. Nada de muito radical.

Uma das decisões limita o "spread" (diferença entre o custo de captação do dinheiro e os juros finais cobrados aos tomadores de empréstimo) a 4 ou 5% - contra a média anterior, de 12%. O efeito sobre as taxas de juros é inexpressivo, conforme reconheceram as autoridades, uma vez que a inflação (e, com ela, a correção monetária via Letra do Banco Central) continua em alta.

Os banqueiros tiveram mais motivos para irritação com a eliminação da correção monetária para pequenos agricultores que contrataram financiamentos de até Cz$ 200 mil entre 15 de maio do ano passado e 28 de fevereiro de 1987. Eles poderão pagar seus empréstimos até o dia 30 de junho deste ano a juros nominais de 10% ao ano. Quem pegou mais do que Cz$ 200 mil arcará com 50% da correção monetária.

Ao lado disto, o governo criou uma nova linha de crédito para socorrer pequenas e médias empresas, que contará com recursos de Cz$ 8 bilhões e condições de pagamentos menos leoninas. E pretende conceder empréstimos de emergência aos Estados e Municípios, hoje praticamente falidos.

É pouco e restrito, não cabe dúvidas. As autoridades visaram atender apenas, e muito parcialmente, os reclamos (justos, diga-se de passagem) do pequeno empresariado do campo e da cidade, envolvido numa onda de quebradeiras, bem como a gritaria dos governadores e prefeitos. Os que se valem do crédito pessoal (para compra de bens domésticos etc.), por exemplo, continuarão pagando juros absurdos.



PRIVILEGIADOS

Mas os banqueiros chiaram, chegaram a considerar "policialesco" o conjunto de medidas tomados pelo Ministério da Fazenda. "As mudanças não são fáceis porque os que têm privilégios procuram mantê-los e aqueles que não os têm, por sua vez, não têm também canal de comunicação", assegurou o ex-ministro Funaro, em entrevista concedida no dia seguinte à demissão.

Em se tratando de privilégios, com efeito, o caso dos banqueiros é ilustrativo. O economista Dércio Garcia Munhoz calcula, com base no balanço dos bancos, que o setor produtivo vem arcando numa base anual, em 1987, com encargos financeiros superiores a 80 bilhões de dólares (computados inclusive os juros da dívida externa), graças à inflação.

Com o Plano Cruzado, tais encargos (que tinham chegado aos mesmos 80 bilhões de dólares nos primeiros meses de 1986) haviam caído para 30 bilhões de dólares anuais no segundo semestre do ano passado. Foi a política de estimular os juros, acrescida dos aumentos de impostos e dos preços, que explica a transferência adicional de rendas para o setor financeiro, de algo entre 40 a 50 bilhões de dólares, cerca de 4 bilhões mensais ou 40% da massa de salários (inclusive contribuições previdenciárias, Fundo de Garantia etc.).

MAIS INFLAÇÃO

Tal distorção evidentemente exaspera o conflito social em torno da distribuição dos recursos produzidos no país, a cada dia mais concentrados no setor bancário. Os empresários que investiram seus capitais em outros negócios (e não estão envolvidos na ciranda financeira) buscam preservar seus lucros repassando aos preços a elevação dos juros. O resultado final é mais e mais inflação.

CONSTITUINTE

Velha tese da direita

Há algo podre atrás do discurso em favor de uma "Constituição sintética"

Os conservadores brasileiros têm desenvolvido, nos últimos dias, um esforço redobrado para fortalecer um conjunto de idéias que, com maior ou menor intensidade, vêm procurando vender ao povo brasileiro desde que o Congresso Nacional escutou uma antiga reivindicação das forças democráticas e convocou a Constituinte.

A primeira dessas idéias é a suposta necessidade de termos uma Constituição "sintética". Em artigo publicado dia 26 de abril pelo jornal "O Estado de S. Paulo", o senador Roberto Campos, um influente líder da direita na Constituinte, confessa-se "assaltado" pela impressão de que a Assembléia "pretende criar o mundo de novo". Segundo ele "há vários indícios" de que os parlamentares caminham para aprovar uma Carta "repleta de minúcias", preocupada em incorporar inúmeras reivindicações da sociedade que a tornariam "voltada para a conjuntura e, portanto, eminentemente biodegradável". O senador prossegue: "isso seria ainda mais lamentável porque, após a 'utopia econômica' do Plano Cruzado o povo seria brindado com a 'utopia jurisdicista' de uma Constituição irrealista".

Quando estes argumentos não são suficientes, os conservadores apelam para outros menos refinados. Ultimamente os jornais diários têm insistido nas queixas contra o "atraso" nos trabalhos da Assembléia e em não raras ocasiões buscam mesmo desmoralizá-la: ainda no dia 26 de abril, o "Estadão" dá destaque para a "sabedoria" de um cidadão de 75 anos que, misturando política com futebol e fazendo referência à má fase do time paulista de maior torcida, dispara: "A Constituinte é hoje um verdadeiro clube corintiano, onde ninguém se entende".

Por que a direita teme tanto que a Constituinte, onde até o momento predominam posições nitidamente moderadas, passe a tratar de outros problemas além dos "princípios gerais" da organização do Estado? E por que os grandes jornais, que durante anos a fio se opuseram a convocação da Assembléia, mostram-se agora tão apressadinhos, reclamando uma Constituição elaborada a toque de caixa?

Não parece difícil desvendar o enigma. Ouvido pela **Tribuna Operária** no último dia 30, o deputado Eduardo Bonfim (PC do B - AL) confessava-se ao mesmo tempo surpreso e entusiasmado com o que ele chamou de "crescente participação popular na Constituinte". "Começo a ver um colorido de povo nos edifícios do Congresso", declarou Bonfim. "De uns 10 dias para cá temos vivido um clima diferente. Pelos corredores circulam constantemente líderes de entidades sindicais, comunitárias e estudantis. Alguns auditórios em que se reúnem as subcomissões começam a ficar lotados, e nos salões que dão acesso ao plenário por mais de uma vez já compareceram caravanas de setores populares".

Fotos: Ailton S. Leite

A pressão popular tira o sono dos conservadores. Bonfim acha que ela vai continuar crescendo

Os conservadores sempre resistiram à Constituinte. Quando foi inevitável convocá-la o fizeram sob duas condições. A primeira era que as eleições se dessem em condições que permitiriam o estabelecimento de uma correlação de forças inicial adversa aos setores mais democráticos. Uma vez instalada a Assembléia, o objetivo passou a ser impedir, tanto quanto possível, que ela seja permeável à **crise brasileira**, ou seja, que se transforme, ainda que limitadamente, num canal em que o povo possa levar e discutir os problemas **concretos** que o afligem **em seu dia-adia**, mas que revelam a necessidade de realizar **mudanças estruturais** em nossa sociedade.

De uma forma ou de outra, como relatou Bonfim, há sinais de que os conservadores enfrentam dificuldades para alcançar este segundo objetivo. Algumas subcomissões temáticas têm se mostrado sensíveis à presença de representantes populares que lhes encaminham suas reivindicações, e têm aprovado posições francamente progressitas (ver matéria nesta página). E, ainda para citar as palavras do deputado alagoano, "a tendência é que a participação **vá crescendo com o tempo**, em especial quando passarmos à fase das votações"

Por isso a direita volta a falar numa Constituição "**curta, sintética**", e que, de preferência, seja elaborada no menor prazo possível. Por detrás do discurso sofisticado que condena a discussão de **um conjunto muito amplo de temas** está o interesse em impedir que a Assembléia trate de **alguns desses temas**, como por exemplo a dívida externa, a Reforma Agrária ou os direitos mais concretos dos trabalhadores. Afinal, como lembrou João Bosco, presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores, ouvido na semana passada por uma das subcomissões da Constituinte, "o senador Roberto Campos está há muitos anos no Congresso e jamais se lembrou de propor, por exemplo, a eliminação dos artigos incluídos na Constituição para tratar de detalhes como os uniformes e a maneira correta de conduzir as solenidades militares".

(Antônio Martins)

SUBCOMISSÕES TEMÁTICAS

Debate acirrado

Recuperando o tempo perdido nos dias de recesso da Semana Santa, funcionando em geral com sessões pela manhã e à noite (as tardes são reservadas para as sessões plenárias), muitas das subcomissões temáticas iniciaram finalmente, na semana passada, o debate dos temas polêmicos na Constituinte. Pode-se afirmar que em pelo menos duas delas as discussões já atingiram estágios avançados.

Estabilidade no emprego já encontra apoio

Uma é a **subcomissão dos direitos dos trabalhadores e dos funcionários públicos**, onde, conforme se previa, esboça-se uma nítida tendência à aprovação de propostas progressistas. O deputado Edmilson Valentim (PC do B-RJ) relatou à **Tribuna** que até o dia 30/4 a subcomissão já havia debatido pelo menos quatro dos principais temas que lhe dizem respeito. Embora não tenha havido votações formais, as opiniões expressas pelos deputados permitem afirmar sem risco de erro, segundo ele, que **a maioria** da comissão tem posições consolidadas a favor do direito irrestrito de greve, da estabilidade no emprego e manutenção do FGTS, da fixação da jornada de trabalho de 40 horas semanais e da proibição de locação de mão-de-obra. Para os dias seguintes estava previsto o debate a respeito dos direitos dos aposentados e da liberdade sindical, incluindo direito à constituição de comissões de fábrica. Edmilson considerava boas as possibilidades de posições favoráveis também em relação a estes temas.

Um coronel denuncia o militarismo

Mais polêmicos foram os debates na **subcomissão de defesa do Estado**, encarregada de abordar o papel dos militares. Convidado a proferir palestra numa das audiências públicas, o representante da Escola Superior de Guerra, Paulo Guimarães, defendeu, além da manutenção das três modalidades de medidas de exceção hoje existentes, a criação de mais uma: o **"Estado de Recessão Econômica"**. A singular proposta da ESG prevê que o presidente pode decretar a medida unilateralmente, submetendo-a depois a "referendo" do Congresso. No período em que estiver em vigor ela implica em proibição de greves, redução de salários e jornada de trabalho e controle de preços e salários. Ainda pior: ao contrário das medidas de exceção tradicionais, esta nova **não prevê** qualquer tipo de ressarcimento a possíveis prejudicados, ainda que haja reconhecido abuso de poder durante sua vigência.

Em oposição a Guimarães pronunciou-se o presidente da OAB, Márcio Tomaz Bastos, que condenou a doutrina de segurança nacional. Mas o posicionamento mais polêmico e surpreendente da subcomissão ficou por conta de um militar. Falando em outra audiência pública, no dia 27/4, o coronel reformado Geraldo Cavagnari, do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas, atraiu atenções ao fazer denúncia contundente do pensamento militarista impregnado na cúpula das Forças Armadas. Cavagnari afirmou que "em qualquer país subdesenvolvido existe para fins de planejamento militar uma hipótese de guerra interna, considerada 'conflito de natureza ideológica', com o inimigo definido como ideologicamente de esquerda". No caso desse inimigo reagir, explicou, o coronel, o pensamento da cúpula militar considera que ele deve ser destruído.

Defendendo a substituição dos ministérios militares pelo Ministério da Defesa, Cavagnari foi incisivo: "As cunhas da militarização foram implantadas legalmente e têm de ser removidas. As Forças Armadas não cederão sem elevado custo de remoção. Caberá à sociedade removê-las dos espaços indevidamente ocupados e cabe à Constituinte fazê-lo". Cavagnari referiu-se ao SNI como "polícia política e militarizada" e advertiu: "A extrema-direita vive em permanente estado de golpe de conspiração".

A comissão de reforma agrária vai a Pernambuco

Algumas comissões que se deslocaram de Brasília para acompanhar **in loco** certas situações puderam tomar contato com o sentimento de mudança nutrido por setores importantes da população. O deputado Vicente Bogo (PMDB-RS) relatou à **Tribuna** o resultado da visita da **subcomissão de política agrícola e reforma agrária** a regiões onde há conflitos de terra em Pernambuco: "O que ficou demonstrado no contato com os agricultores é que os trabalhadores não vão esperar 20 anos pela Reforma Agrária, nem vão aguardar as eleições diretas para presidente. As lideranças com que tivemos contato manifestaram clara vontade de retomar as ocupações de terra. Há insatisfação completa com o Plano do governo e a Constituinte, ainda que queira, não vai frear a Reforma Agrária.

Na semana passada chamaram a atenção ainda as manobras dos conservadores para precipitar algumas decisões, impedindo o amadurecimento dos debates. O deputado Eduardo Bonfim denunciou que prosseguiram as tentativas de fazer com que a Constituinte defina imediatamente o sistema de governo do país, numa tentativa de impedir que tome corpo ainda maior a tendência em favor de um sistema misto entre o presidencialismo e o parlamentarismo que se esboça entre os deputados.

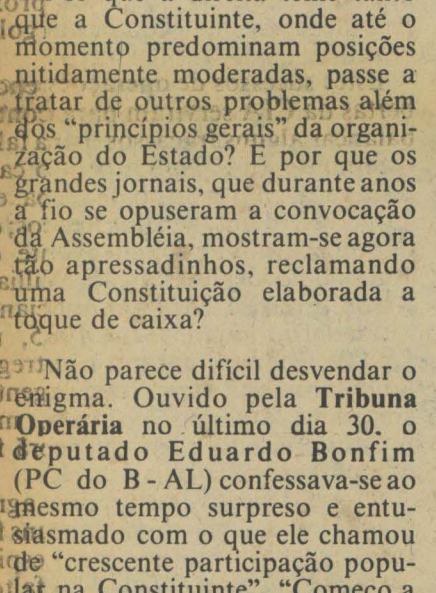
Conservadores querem logo presidencialismo

Aos poucos vai se aproximando o fim do período de debates e audiências públicas nas subcomissões. Até o próximo dia 6 ainda poderão ser apresentados projetos pelos deputados ou por entidades representativas de setores da sociedade. A partir daí os relatores terão mais 6 dias para redigir suas propostas de relatório final. Entre 11 e 17 de maio estes relatórios serão debatidos e depois votados, de 19 a 25 deste mês.

Preocupados com a elaboração de relatórios avançados, alguns deputados tem articulado a realização de reuniões em que debatem com entidades populares as formas de pressionar as subcomissões. Um exemplo é Edmilson Valentim. No último dia 24 ele apresentou a mais de 20 entidades sindicais do Rio de Janeiro um relatório dos trabalhos de sua subcomissão. Agora está propondo a outros parlamentares sindicalistas que assumam em conjunto um convite ao movimento sindical brasileiro para uma reunião em Brasília onde se discutam formas de exigir da Constituinte a inclusão na nova Carta dos direitos mais importantes dos trabalhadores. Pelo menos em Paulo Paim (PT) e em Juarez Antunes (PDT) Edmilson já sentiu disposição de trabalhar pela concretização da idéia.

POVO NA ASSEMBLÉIA

O líder das ocupações fala aos deputados



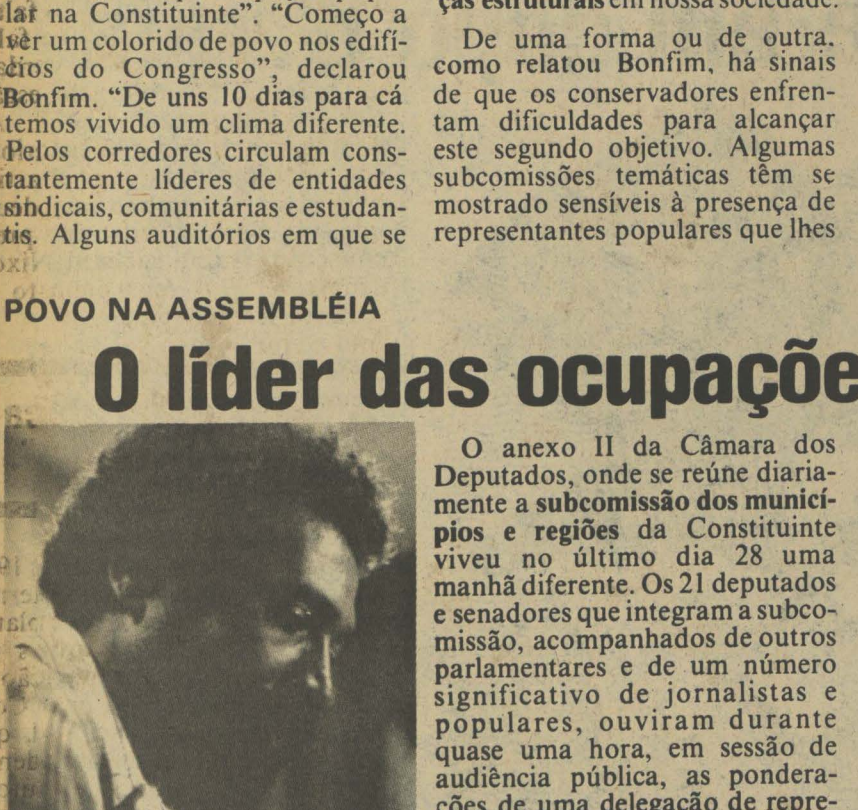


Foto: Luis Carlos Leite

João Bosco (foto maior e Elgito: debatendo o direito à moradia

O anexo II da Câmara dos Deputados, onde se reúne diariamente a **subcomissão dos municípios e regiões** da Constituinte viveu no último dia 28 uma manhã diferente. Os 21 deputados e senadores que integram a subcomissão, acompanhados de outros parlamentares e de um número significativo de jornalistas e populares, ouviram durante quase uma hora, em sessão de audiência pública, as ponderações de uma delegação de representantes da Confederação Nacional das Associações de Moradores - Conam. Entre eles, Elgito Boaventura, líder do movimento de ocupações de terrenos da Zona Leste de S. Paulo, que há várias semanas desperta o ódio da direita e continua enfrentando constante e violenta repressão policial.

O debate de que participou Elgito foi, entretanto, apenas um dos momentos que marcaram a intensa participação que a Conam, a exemplo de outras entidades populares, vem tendo nos trabalhos da Constituinte. Preocupada desde a aprovação do regimento interno da Assembléia em articular-se com os presidentes e com os parlamentares mais progressistas de cada subcomissão, a entidade já havia, até o último dia 30, conseguido espaço para manifestar seus pontos de vista em pelo menos quatro delas: as subcomissões de municípios e regiões e da saúde, seguridade e meio-ambiente, no último dia 28; a subcomissão do Poder Legislativo, no próximo dia 5, e a subcomissão da nacionalidade, soberania e relações internacionais, dia 7.

O esforço maior da Conam concentrou-se de qualquer modo, na audiência com a subcomissão dos municípios e regiões, onde se discutiu especificamente o problema da habitação popular. Além de Elgito, pronunciaram-se João Bosco, presidente da entidade, e Ana Maria Martins, segunda-tesoureira. Em seus depoimentos eles insistiram num ponto: a nova Constituição precisa assegurar o direito à moradia, deixando claro, inclusive, que ele **precede** e **predomina** sobre o direito à propriedade, que precisa ser revisto e subordinado às necessidades sociais.

Além disso, defenderam a necessidade de ser fixado um percentual mínimo de 15% do orçamento da União a serem gastos todos os anos com habitação; a proibição de construção pelo Estado de casas populares menores que os padrões mínimos fixados pela ONU (60m2), a taxação progressiva de terrenos não ocupados ou de prédios e casas vazios e a utilização de tecnologia nacional na construção de casas populares.

Ao final da sessão, João Bosco considerou "bastante positiva" a receptividade dos parlamentares ao posicionamento da entidade. E ressaltou que a maioria deles mostrou vivo interesse em receber, além de simples sugestões, textos que possam ser aproveitados em artigos constitucionais.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Quem decide o que é legítimo?

"O presidente Sarney cumpre um mandato absolutamente legítimo e legal" - este foi o recado do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, aos que insistem em discutir o mandato do presidente da República. Em outras palavras, o general declara que o mandato do presidente está fixado em seis anos e que as Forças Armadas consideram inconveniente mudar qualquer coisa sobre o assunto.

PODER MAIOR

A declaração apenas revela o velho hábito dos generais se julgarem acima das instituições e acima da sociedade civil. Hoje, quem fala acima de tudo sobre o que é legal e legítimo é a Assembléia Constituinte. Este é o poder maior do país, que foi eleito para discutir e decidir sobre todas as instituições, sobre as funções do Executivo e do Legislativo, a forma de governo e o mandato de todos os cargos eletivos do país.

É portanto absolutamente legal e legítimo que as diversas correntes de opinião pública agitem suas idéias sobre a forma de governo e sobre o mandato do presidente, fazendo com que este debate na sociedade tenha repercussão na Assembléia Constituinte. Este é o método democrático de resolver as coisas. O que não se pode tolerar é que as Forças Armadas se arvorem no direito de vetar este ou aquele tema, dando por decidido aquilo que mais interessa aos generais.

TUTELA INTOLERÁVEL

O grupo dominante dentro das Forças Armadas precisa de tempo para consolidar suas posições. Tem que afastar outros grupos divergentes (não em questões fundamentais, é certo) e estabelecer completamente seu domínio nas três Armas. Por isto prega seis anos para o atual presidente. E como posição dos militares em geral, defende a manutenção do sistema presidencialista de governo. Pretende, durante o atual governo, manter o presidente Sarney sob seu estrito controle - e o chefe do governo por sua vez, se mostra dócil a este comando.

A questão da concentração de poderes nas mãos do Executivo é característica maior do sistema presidencialista - interessa sobretudo aos generais. Tem sido este sistema que lhes tem garantido a tutela mais fácil sobre a nação. Mesmo agora, com um presidente civil, contam com um esquema bem azeitado de tutela sobre o presidente. E almejam perpetuar esta situação.

Esta realidade indica, mais uma vez, com muita força, que, além de debater as formas de governo, é da maior importância que a Constituinte trate de colocar as Forças Armadas como instrumento obediente ao poder civil. As Forças Armadas não podem mais permanecer interferindo sobre a política nacional. E muito menos tentando sobrepor-se até à Constituinte, como mostra a inoportuna manifestação do general Leônidas. A continuidade deste tipo de atividade só pode manter o país sob o risco permanente de crises políticas e de golpes militares.

PESADELO

Os militares têm se agitado nestes últimos tempos. Até o general Figueiredo, que pediu para ser esquecido, vez por outra vem a público para dizer mais uma de suas conhecidas grossuras. Esta casta, inimiga feroz da liberdade, não pode se conformar com o fato de uma Constituinte debater as questões maiores do país. Mesmo sabendo que os conservadores têm predomínio na composição da Assembléia, mesmo sabendo que o poder econômico continua jogando peso decisivo, não pode dormir tranqüila com a menor manifestação do jogo democrático.

(Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

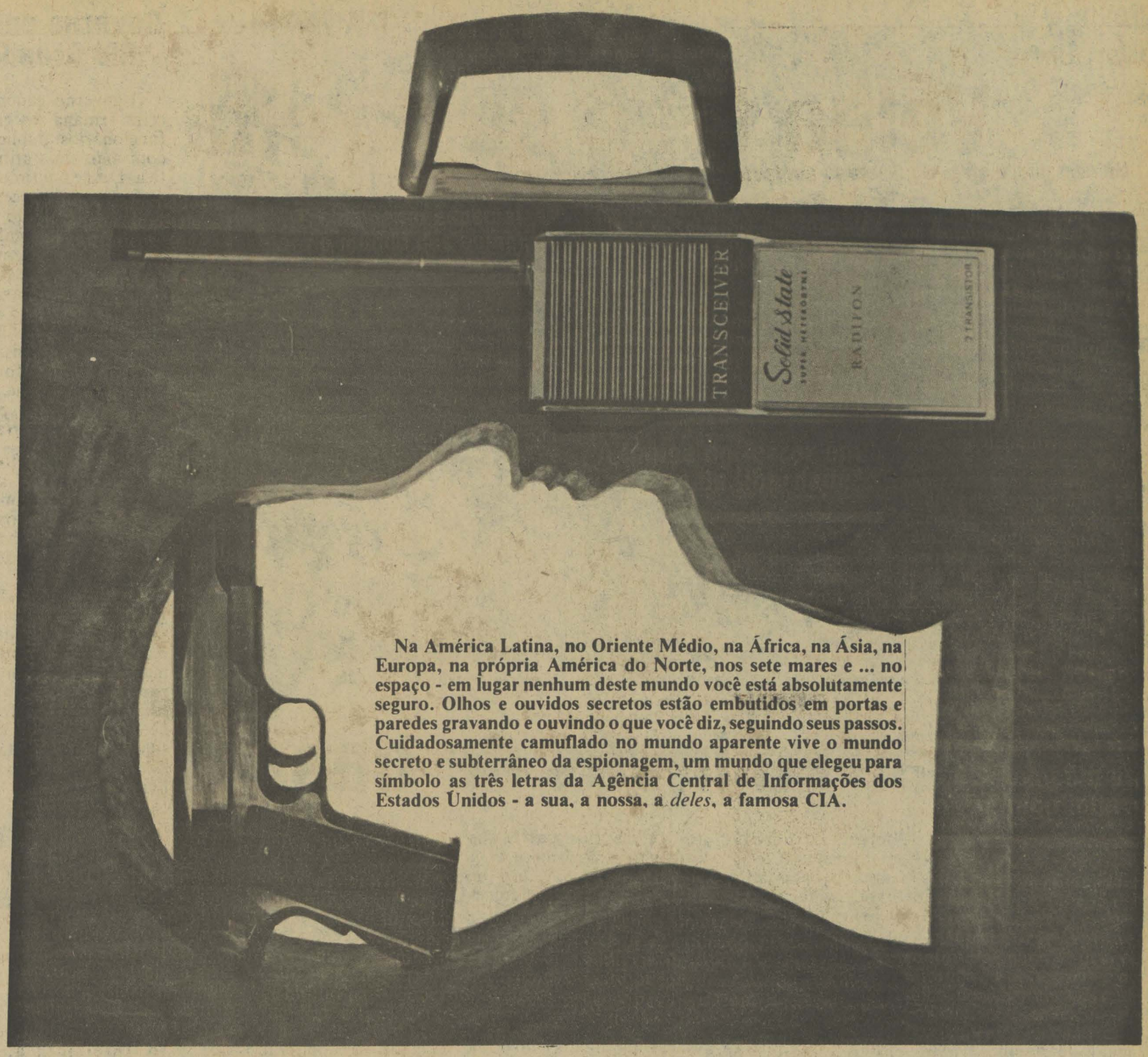
Diretas falsas

O PT resolveu lançar mais uma campanha por diretas já. Mas, para espanto geral, logo no início desta jornada, Luís Inácio Lula da Silva declarou: o prazo máximo para a eleição é o dia 15 de novembro de 1988.

Então o alarme é falso. O PT já se definiu pela manutenção do sistema presidencialista e agora simplesmente opta por quatro anos de mandato para o presidente. Não é diretas já. Apenas utiliza-se desta palavra de ordem como um golpe publicitário para promover sua legenda. E, lamentavelmente, para desviar as atenções da Constituinte.

Se pretende se apresentar como uma força progressista o PT deveria colaborar na mobilização de massas para interferir na Constituinte, e procurar possibilidades de acordos com outras correntes democráticas, acumulando forças para consagrar mudanças que interessam ao povo na nova Carta Magna. Mas ao colocar como questão central a sua própria legenda e, em função disto, promover uma campanha diversionista, acaba prestando um serviço aos setores conservadores.

Em 1984, a luta pelas diretas já voltava-se diretamente contra a ditadura e visava pôr fim a um sistema de governo. Na situação atual, falar em diretas já visando diretas depois só pode confundir.



Na América Latina, no Oriente Médio, na África, na Ásia, na Europa, na própria América do Norte, nos sete mares e ... no espaço - em lugar nenhum deste mundo você está absolutamente seguro. Olhos e ouvidos secretos estão embutidos em portas e paredes gravando e ouvindo o que você diz, seguindo seus passos. Cuidadosamente camuflado no mundo aparente vive o mundo secreto e subterrâneo da espionagem, um mundo que elegeu para símbolo as três letras da Agência Central de Informações dos Estados Unidos - a sua, a nossa, a *deles*, a famosa CIA.

CIA

Os que temem a luz

Quem são os misteriosos agentes da CIA? São norte-americanos, por excelência, enfiados em representações diplomáticas. Mas não só eles. Nos países latino-americanos, eles podem ser gerentes de bancos, donos de jornais, funcionários de todos os escalões do governo, ministros de Estado, chefes de polícia, altas patentes militares. Podem até, por que não?, estar camuflados de militantes e dirigentes de partidos e movimentos democráticos.

Se forem americanos, eles serão recrutados - uma das palavras preferidas do dicionário secreto da espionagem - diretamente das Forças Armadas ou das escolas e universidades. Este último foi o caso de um hoje famoso e conhecido ex-agente da CIA, Philip Agee, que se cansou de ser - como confessou - "polícia secreta do capitalismo" e resolveu entregar o ouro, escrevendo seu "Diário da CIA".

Entrar para a "companhia" - como a chamam carinhosamente seus diligentes funcionários -, não é tão fácil. A princípio, aparece alguém entre muitos representantes da empresa que oferecem oportunidades de emprego aos jovens formandos. Só que este oferece a oportunidade única de trabalhar em missões especiais de defesa, em qualquer parte do mundo, do insubstituível - para *eles* - "modo de vida americano".

Tudo é mistério. O candidato a agente da CIA não pode contar seu grande segredo para ninguém. Enquanto espera as investigações intermináveis do Departamento de Pessoal da Agência sobre seu passado, ele fica recluso. Para os familiares mais aflitos ele deixa o telefone de uma unidade da Força Aérea - fictícia e controlada pela própria CIA - onde estaria iniciando um programa especial que substitui o serviço militar. Do outro lado da linha, dois telefonistas da CIA atendem: um será o coronel **fulano**, o outro será o major **beltrano** - toda manhã eles decidem no par ou impar quem brincará em cada papel.

Aprovado, o novo agente vai fazer em uma unidade da Força Aérea - esta de verdade - seu serviço militar especial, para sair oficial da reserva. Só que o que outros recrutas fazem em cinco anos ele fará em apenas dois. Tudo no maior sigilo, para não dar bandeira. Terminado o serviço, ele será imediatamente lotado na unidade-biombo controlada pela "companhia" em Washington e transferido para o campo de treinamento a alguns quilômetros dali - a "fazenda", como é conhecida.

Lá, fascinantes cursos sobre comunismo internacional, defesa pessoal, estrutura burocrática da CIA e, claro, eletrônica. Todo agente tem que saber instalar e operar microfones, gravadores, rastreadores, coisas parecidas com os fabulosos brinquedinhos que os simples mortais podem ver extasiados nos filmes de James Bond e na série "Passe de Mágica". Terminado o longo período de preparação, o espião ganha o mundo.

Treinamento especial para o mundo das sombras

O que fazem os agentes da CIA nas suas missões especiais na terra dos outros? O exemplo do Equador é ilustrativo: em 1963 o país sofreu um golpe militar, seguido da habitual perseguição à esquerda, acompanhada do afastamento da sociedade civil dos assuntos de governo. À parte os fatores internos do país, foi um dos resultados de uma exaustiva ação a bases - outro nome comum no mundo subterrâneo da espionagem - da CIA no país.

Tudo começou três ou quatro anos antes, com uma inocente campanha para forçar o rompimento do Equador com Cuba - isolar a ilha era um dos alvos selecionados da política exterior da Casa Branca, na época como hoje - e, de quebra, acabar com as "influências ultraesquerdistas no governo". O perigoso radical era um destes políticos populistas muito em moda na América Latina: José Maria Velasco Ibarra, o presidente, que não inspirava confiança aos EUA.

Os primeiros passos: montar pequenos grupos abertamente anticomunistas e anticubanos, com jornais e anúncios publicitários, para armar uma campanha alarmista sobre o perigo iminente do comunismo no país. Conexões obrigatórias com a Igreja, conservadora, os órgãos de segurança e o governo. Uma delas era o sobrinho do presidente, Jorge Acosta, ministro de Finanças e, depois, de Governo (uma espécie de chefe do gabinete civil).

Em seguida, era indispensável infiltrar agentes na esquerda, especialmente no Partido Comunista, que então começava a dividir-se entre partidários da transição pacífica e da luta revolucionária. Aparelhagem de escuta foi providenciada nas embaixadas de Cuba, da União Soviética e da Tchecoslováquia.

A campanha foi, como operação da CIA, exemplar. De um lado, os direitistas explícitos promoviam manifestações e comícios contra os "comunistas" do governo. De outro, armavam-se intrigas no governo contra os elementos mais progressistas, acabando por levar o próprio Velasco à renúncia. No seu lugar, assume um vice encomendado pela CIA.

Em meio a isso, um grupo clandestino de um dos partidos de direita promovia atentados contra o arcebispo reacionário, incriminando a esquerda. Quando descobertos, o desmentido do envolvimento da esquerda foi abafado na imprensa - a versão prevalece sobre o fato. Os agentes infiltrados no PC descobrem uma facção que se preparava para desencadear operações de guerrilha, e graças a eles um dirigente é pego no aeroporto, de volta de uma viagem pela Europa, com dólares e mais dólares no bolso. Cenário armado, radicalização artificialmente preparada na vida política, o Equador estava pronto para entrar para a "área de segurança" da Casa Branca, pela via do regime militar.

A lógica do terror em "defesa da liberdade"

Uma das grandes preocupações dos rapazes da CIA, no Equador e em toda parte, é o movimento sindical. Lá, durante esta vitoriosa campanha, eles chegaram a montar uma central sindical, a Confederação Equatoriana de Organizações Sindicais Livres. Nada mais que uma subsidiária da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), segundo o agente arrependido Agee apenas um instrumento sindical da Agência.

Através dela e da central americana AFL-CIO - dirigida até hoje por fiéis colaboradores da CIA - foi montado na década de 60 um interessante programa de formação de dirigentes sindicais "amigos" - *deles* é claro. O nome do instituto criado para encabeçá-lo não poderia ser mais adequado: Instituto Americano para o Desenvolvimento do Trabalho Livre. Através dele, criou-se uma série de centrais sindicais "amigas" - sempre *deles* - em várias partes do mundo.

O Brasil não ficou fora das preocupações da CIA, que trabalhou arduamente para afastar o governo "vacilante" e "esquerdizante", apesar de democraticamente eleito, de João Goulart. São conhecidas as atividades do IPES e do IBAD, crias geniais do teórico e general Golbery do Couto e Silva, depois ministro-eminência-parda do regime militar. O próprio embaixador norte-americano à época confessou que porta-aviões da Marinha dos EUA estavam prontos para desembarcar fuzileiros caso nossos *bravos* golpistas não dessem conta do recado sozinhos.

A novidade é que a base da CIA em Montevidéu, no Uruguai, continou o serviço depois do golpe, vigiando as atividades de dois perigosos esquerdistas no exílio. O ex-presidente João Goulart e o "radical" ex-governador gaúcho Leonel Brizola foram acompanhados de perto, para que não aprontassem muito aproveitando a cobertura da então democracia uruguaia. Esta, aliás, acabou sendo uma das próximas vítimas, liquidada por um golpe em 1973.

Estes sucessos de operações encobertas da CIA serviram para contra balançar alguns fracassos, para falar o mínimo, humilhantes. Foi o caso da tentativa da invasão de Cuba, em 1961, através da Baía dos Porcos; ou da queda do principal agente da Agência no Oriente Médio, William Buckley, seqüestrado por milicianos xiitas pró-iranianos em 1985, no Líbano. Buckley chegou a entregar ao Irã uma lista completa de agentes soviéticos atuando no país, mas mesmo assim a ordem de Teerã foi executar o espião.

O que definitivamente não agradou os norte-americanos comuns foi saber que eles próprios eram espionados pela "companhia". Não faltou quem desconfiasse, como não faltaram desmentidos, mas a verdade apareceu com o estouro do escândalo Watergate, em 1973. Aí, descobriu-se que no ano anterior a CIA espionou a sede do Partido Democrata, no edifício que deu o nome ao caso, sob ordens do presidente republicano Richard Nixon, reeleito em 1972 mas deposto na esteira do escândalo.

A CIA também ataca o "inimigo interno".

Aliás, a CIA foi criada em 1949 com bases em uma lei que determinava suas limitações: ela deve planejar e executar operações de contra-espionagem e de obtenção de informações autorizadas pelo Conselho de Segurança Nacional, que por sua vez obedece ao presidente. Oficialmente, ela não está autorizada a derrubar governos nem a financiar grupos contra-revolucionários - como se descobriu recentemente, com a rumorosa e embaraçosa, para *eles*, conexão Irã-Contras. E a própria Constituição dos EUA proíbe explicitamente que os cidadãos do país sejam espionados.

Na sede da Agência, perto de Washington, trabalham hoje cerca de 20 mil pessoas. Todo o pessoal de limpeza e de lanchonetes, conta o arrependido Philip Agee, é cego (não é figura de linguagem. O pessoal não enxerga mesmo). Uma idéia inteligente para proteger os agentes de eventuais indiscrições.

Foi está sede, significativamente, um dos locais escolhidos na semana passada por manifestantes que protestavam contra o envolvimento dos EUA na América Central e na África do Sul. Em nome da "democracia", mais de 500 deles foram presos, agarrados e arrastados pela polícia.

(SQ)

CPM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Quércia não viu violência contra estes moradores e acha que cassetetes resolverão o problema da falta de moradia

OCUPAÇÕES-SP

Repressão ao invés de casas

Em São Paulo a moradia se transformou num caso de polícia. No dia 23 último foram mobilizado mais de 300 policiais para desalojar cerca de 200 pessoas que ocupavam uma área no Jardim Indaiá, no Itaim Paulista, Zona Leste de São Paulo. A cavalaria pisoteou homens e mulheres, bebês foram atingidos por bombas de gás lacrimogênio e na sua fúria os PMs desferiam golpes de cassetetes em quem encontravam pela frente. Os barracos foram destruídos, muitos com seus moradores ainda dentro. Os ocupantes reagiram com pedradas e as crianças usando seus estilingues. Diante da desproporção de forças, no final de uma hora de combate, o terreno estava desocupado. Saldo: 30 ocupantes feridos e 45 presos em flagrante. Cerca de 20 policiais saíram machucados.

O governador Orestes Quércia - que poucos dias antes havia prometido que não iria desalojar os sem-terra - não admitia que os PMs tivessem cometido violência. "Houve - disse ele - uma reação dos invasores e a polícia tem de ter uma atuação com firmeza". O secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, por sua vez alertava que "toda vez que houver resistência por parte dos invasores a PM agirá com energia". Para Fleury os ocupantes de terrenos cometeram um crime ao desobedecer uma ordem judicial.

Todo cidadão honesto que viu pela TV as cenas de brutalidade da PM contra pacíficos moradores que só desejavam alguns metros de chão para construir sua casinha não verá crime nenhum nesta resistência. Maior delito que se comete contra a sociedade é este sistema que privilegia a propriedade privada e permanece omisso diante da questão social.

SITUAÇÃO CAÓTICA

Nas últimas três décadas houve uma verdadeira explosão populacional urbana no país sem que as autoridades tomassem medidas adequadas para sanar a falta de moradias. Atualmente existe um déficit de 10 milhões de habitações. O BNH, criado pelos generais em 1964, ao invés de oferecer casas à população carente, serviu mais aos interesses das grandes construtoras e agentes financeiros. Apenas 10% de seus recursos disponíveis foram destinados às famílias com rendas até três salários-mínimos.

A Nova República não encarou este problema com a devida seriedade e a falta de moradia se transformou no problema número um da população de baixa renda. A oferta de residências populares caía enquanto a procura de imóveis residenciais aumentava. A situação é tão caótica, que uma cidade rica como São Paulo tem quase metade de sua população morando em cortiços e favelas. Para agravar o quadro, o preço dos aluguéis disparou como um rojão. Nos doze últimos meses seus aumentos ultrapassaram mil por cento.

EXPLOSÃO DE OCUPAÇÕES

O número de despejos cresceu na mesma proporção que os aluguéis. Em São Paulo as ações de despejo saltaram de 3.595 em 1985 para mais de 20 mil um ano depois. Sem ter para onde ir - e sem poder pagar Cz$ 2.500 por um barraco na favela - as famílias de trabalhadores procuraram se alojar nas áreas vazias da cidade. Na madrugada de 28 de fevereiro duas centenas de pessoas ocuparam alguns lotes baldios em Guaianazes. Foi como romper de um dique, pois dentro de duas semenas cerca de 30 mil famílias tinham se apoderado de minúsculos lotes onde pretendiam levantar suas casas.

Não foi fortuito que as ocupações ocorressem na Zona Leste da capital. É ali que reside o grosso dos migrantes que chegam a São Paulo, morando em condições precárias. Por outro lado, existem grandes extensões de terrenos vazios, servindo apenas para especulação imobiliária. Grandes empresas compram estes lotes por preços irrisórios para mais tarde (depois que chega a infra-estrutura urbana, como luz, asfalto ou metrô, pagos com dinheiro de todos os contribuintes) vendê-los por preços altíssimos, auferindo grandes lucros. O terreno desocupado no dia 23, por exemplo, estava há dez anos abandonado, e só agora, após a ação de despejo, é que os donos cercaram a área.

A lei atual é muito complacente com estes latifundiários urbanos. A Constituinte tem o dever de aprovar uma legislação que permita desapropriar para fins sociais estes terrenos baldios. O Estado também deve mudar sua prática em relação aos sem-teto. Ao invés de destruiu as casas erguidas com todo o sacrifício, deveria oferecer moradias para o povo. Quércia "esqueceu" muito rápido de suas promessas de campanha, onde prometia equacionar o problema da moradia em São Paulo, e agora joga a PM contra os ocupantes.

MÉTODOS NÃO MUDARAM

A maneira de agir dos governantes não mudou muito nestes últimos cem anos. O jornal "El Grito del Pueblo", da colônia de imigrantes espanhóis em São Paulo, denunciava em 1899:

"A lei que permite aos proprietários uma ação executiva contra os inquilinos é a maior iniqüidade já praticada por legisladores burgueses contra o proletariado.

Foram cometidos os maiores atos de selvageria contra muitos desgraçados que não podiam pagar os aluguéis. O proprietário ávaro procura um bacharel qualquer e esses lacaios do capitalismo, por meio de um mandato de despejo, vão à casa do miserável inquilino acompanhado de uma turma de soldados e oficiais de justiça, arrancando os móveis do infeliz, a cama dura em que repousa e até mesmo as esteiras que são levadas para o depósito público". Passaram-se os anos e os métodos são os mesmos!

(Domingos Abreu)

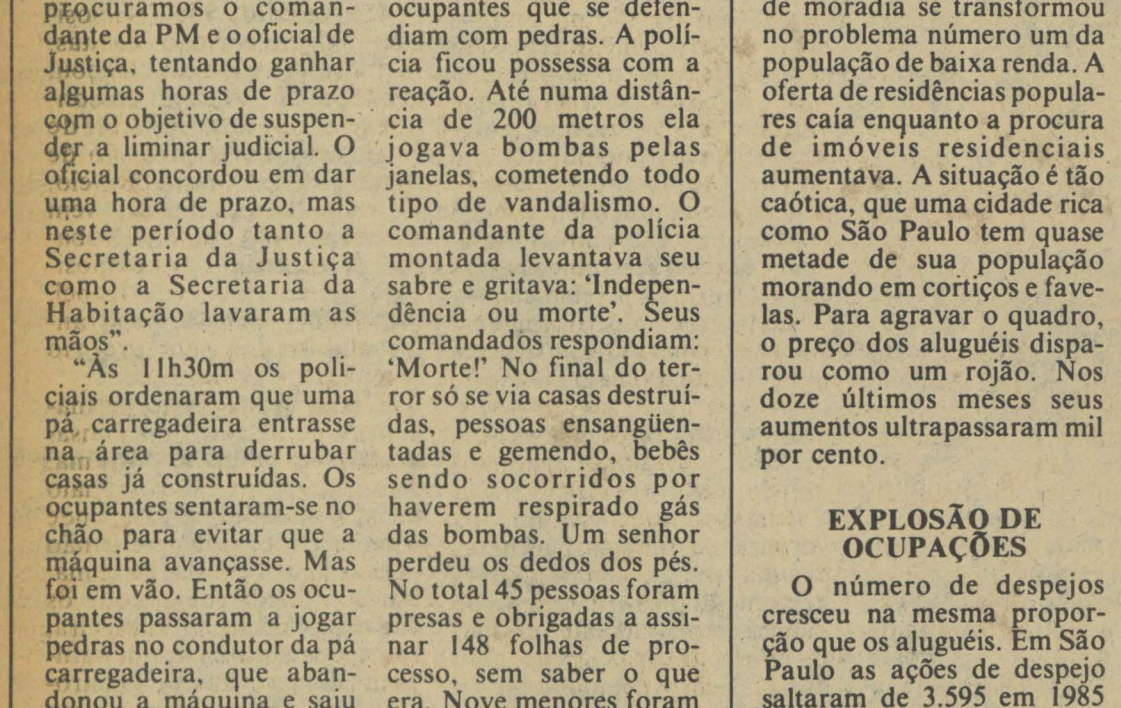
Relato sobre o terror

Nelcides Nascimento é presidente da Associação de Moradores da Vila Rica II e participou da resistência dos ocupantes do Jardim Indaiá ao despejo ocorrido no dia 23. A seguir ele relata o que presenciou:

"Por volta das 7h30m quatro caminhões da Tropa de Choque e cinco viaturas da PM chegaram à área ocupada, em frente do Conjunto Habitacional Vila Rica II. Eu e uma comissão dos ocupantes procuramos o comandante da PM e o oficial de Justiça, tentando ganhar algumas horas de prazo com o objetivo de suspender a liminar judicial. O oficial concordou em dar uma hora de prazo, mas neste período tanto a Secretaria da Justiça como a Secretaria da Habitação lavaram as mãos".

"Às 11h30m os policiais ordenaram que uma pá carregadeira entrasse na área para derrubar casas já construídas. Os ocupantes sentaram-se no chão para evitar que a máquina avançasse. Mas foi em vão. Então os ocupantes passaram a jogar pedras no condutor da pá carregadeira, que abandonou a máquina e saiu correndo. Diante da pressão os 150 policiais recuaram. Às 13h30m chegaram reforços de 200 soldados da Tropa de Choque e cavalaria. A cavalaria chegou agredindo mulheres, velhos e crianças, enfiando seus sabres nas lonas das barracas onde as famílias se escondiam."

"Os ocupantes ao verem seus barracos sendo destruídos, mulheres e crianças sendo agredidos, reagiram heroicamente. Os moradores da vizinhança ajudavam os ocupantes que se defendiam com pedras. A polícia ficou possessa com a reação. Até numa distância de 200 metros ela jogava bombas pelas janelas, cometendo todo tipo de vandalismo. O comandante da polícia montada levantava seu sabre e gritava: 'Independência ou morte'. Seus comandados respondiam: 'Morte!' No final do terror só se via casas destruídas, pessoas ensangüentadas e gemendo, bebês sendo socorridos por haverem respirado gás das bombas. Um senhor perdeu os dedos dos pés. No total 45 pessoas foram presas e obrigadas a assinar 148 folhas de processo, sem saber o que era. Nove menores foram presos e enviados à Febem".



Os cavalarianos gritavam "morte" e disparavam suas montarias em cima dos ocupantes

Governo endurece no Rio Grande do Sul

O governo gaúcho enfrenta a terceira semana de greve dos 250 mil funcionários públicos e professores com mais uma atitude antidemocrática. Desde o último dia 28, o servidor que não comparecer ao trabalho terá seu ponto cortado e a falta computada, segundo circular do governador Pedro Simon. O governador também alertou que "o descumprimento desta determinação pelas chefias deverá ser objeto de imediata responsabilização disciplinar, demissão de funções de confiança e dispensa por falta grave". Para ele, a única forma de solucionar os graves problemas do funcionalismo "é a demissão para enxugar a máquina administrativa".

Segundo Alberto Festa, membro do Comando de Greve, a atitude do governador "demonstra a demagogia e incoerência dos governos que durante a campanha eleitoral pregam uma coisa e quando estão no poder fazem o contrário". Alberto informa que as represálias não intimidaram os grevistas até o momento. No dia 24 na praça da Alfândega, os servidores realizaram uma de suas maiores manifestações, com mais de 20 mil participantes. Já no dia 28, os professores fizeram em frente à Secretaria de Educação uma vigília e o enterro simbólico do secretário, Bernardo de Souza, em protesto contra o corte do livro de ponto.

(da sucursal)

Aviões paralisados em vários Estados

Os aeroviários e aeronautas do Rio de Janeiro e São Paulo paralisaram o trabalho no último dia 29. A categoria reivindica 100% de aumento salarial. Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas), o salário do setor sofreu uma perda de 92% de seu poder real de compra entre dezembro de 85 e março de 87. Os sindicatos dos aeroviários (pessoal de terra) e dos aeronautas (pessoal de bordo) estão tentando uma solução negociada com os empresários, mas estes se mostram irredutíveis.

Fetag lança chapa para o congresso

O Conselho Diretor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (Fetag), formado pelos 281 sindicatos associados, reuniu-se no último dia 27 e aprovou a formação da chapa a ser submetida ao congresso da entidade no final de maio. A chapa, que unificou amplas forças do sindicalismo rural baiano, tem na presidência e na secretaria geral os dois atuais integrantes da diretoria nestes cargos, Aurelino Bastos da Guarda e Wilson Martins Furtado. Ficaram de fora da articulação os setores de direita ligados ao ex-presidente Estevam Nunes e militantes do PT que se auto-excluiram e decidiram formar uma chapa própria.

(da sucursal)

Operários voltam ao trabalho na CSN

Em assembléia realizada no último dia 26, os metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional decidiram assinar acordo com os patrões e retornar ao trabalho. A greve durou quatro dias, envolvendo os 20 mil operários da empresa em Volta Redonda, no Rio de Janeiro. Segundo a empresa, com a paralisação ela teve uma perda diária de faturamento na ordem de Cz$ 85 milhões. Pelo acordo firmado, a produtividade e o aumento real serão julgados pela Justiça do Trabalho, com o comprometimento das partes de acatarem o resultado do dissídio. O acordo avançou apenas nos ítens de natureza social: bonificação de férias e horas-extras, assistência médico-hospitalar e alimentar, entre outros pontos.

Servidores decidem greve em São Paulo

Os aproximadamente 600 mil funcionárros públicos estaduais de São Paulo deverão iniciar greve geral no próximo dia 7. Esta foi a decisão da assembléia dos servidores, realizada na terça-feira, dia 28, em frente à Assembléia Legislativa. A categoria reivindica o pagamento imediato dos gatilhos salariais referentes aos meses de março e abril e a rejeição do projeto do governador Orestes Quércia que elimina o gatilho e institui o reajuste quadrimestral de salários. Segundo o Comando de Mobilização dos servidores, o chamado Grupo dos 19 (que reúne as entidades do funcionalismo), 36 deputados estaduais já se comprometeram a votar contra o projeto do governador.

Quércia garantiu que vai "respeitar o direito dos funcionários de entrar em greve". Ele se comprometeu também a não demitir os grevistas, a exemplo do que foi feito de forma truculenta pelo prefeito Jânio Quadros. No mesmo dia da assembléia, os servidores estaduais se dirigiram em passeata até a sede da prefeitura para repudiar as demissões de cerca de 3 mil funcionários municipais. Mais uma vez os trabalhadores foram recebidos pela repressão. A PM entrou em confronto com os manifestantes, detendo duas lideranças da categoria.

MEC recua e faz sua contraproposta

Após 35 dias de paralisação das universidades federais, o governo federal resolveu recuar e apresentar uma contraproposta aos docentes. Na terça-feira, dia 28, o ministro da Educação, Jorge Bornhausen, anunciou uma nova tabela salarial e os critérios para elaboração do Plano Único de Classificação e Redistribuição de Cargos e Empregos (PCRE). Segundo ele, o novo projeto já conta com a aprovação do presidente Sarney.

Para a Andes (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior), que representa os cerca de 50 mil professores das 47 universidades em greve desde o dia 25 de março, a contaproposta do MEC representa uma vitória. Newton Neto, presidente da entidade, avalia que houve "um significativo avanço nas negociações" e informa que agora a proposta será avaliada nas assembléias dos grevistas.

Para o presidente da Andes, a contraproposta traz cinco ganhos parciais: reposição parcial das perdas salariais; ampliação da porcentagem da gratificação dos professores em regime de dedicação exclusiva (a categoria reivindicava 50% e o MEC concedeu 40% de gratificação); incentivos à titulação dos docentes; melhoria no leque salarial de carreira; e garantia de 12,4% de verbas de outros custeios e capital (OCC) sobre o valor global dos orçamentos das universidades. O MEC também se propôs a realizar novas reuniões com o Comando Nacional de Greve dos docentes para discutir outras reivindicações da categoria, como a participação da Andes na comissão de estudos de verbas para as universidades.

Sindicatos assinam acordo com a Fiesp

A campanha salarial dos aproximadamente 700 mil metalúrgicos do ABC e interior paulista encerrou-se na semana passada. Com data-base em abril, os sindicatos preferiram assinar um acordo considerado "ruim" com a Fiesp (entidade patronal). Pelo acordo firmado, a categoria receberá o IPC integral, mais 5% de produtividade. A redução da jornada de trabalho semanal será feita em duas parcelas: a primeira, em julho, para 46 horas; a segunda, em outubro, para 44 horas.

Pela avaliação da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, o acordo salarial assinado é "negativo", ficando muito aquém do reivindicado pela categoria. A direção sindical avaliou não ter forças para um confronto com o patronato e pretende desenvolver um trabalho de unificação da base metalúrgica no Estado para as próximas batalhas. "Uma greve isolada nesse momento resultaria numa nova derrota", comenta um dirigente da entidade. Para ele, "a conjuntura política e econômica do país não é favorável a lutas isoladas. Os patrões e o governo estão jogando pesado contra os trabalhadores. É preciso politizar mais as campanhas salariais".

Pressão do Correio em Cubatão (SP)

A direção da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em Cubatão, São Paulo, é uma das mais fiéis à política de arrocho salarial e de péssimas condições de trabalho implantada pelo ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães. Há três anos ela conta com apenas 18 carteiros para cobrir todo o município da Baixada Santista. Ao mesmo tempo que sobrecarrega os funcionárros de trabalho, ela rebaixa os salários e ainda atua com prepotência contra os trabalhadores.

O chefe da Agência Postal e Telegráfica, Gilvam Maurício dos Santos, por exemplo, tem usado a perseguição como método de intimidar os funcionários que lutam por seus direitos. Ele costuma tratar os trabalhadores de "moleques". Recentemente a empresa demitiu dois carteiros (José Moacir e Genivaldo Siqueira), só porque se recusaram a cumprir ordens absurdas deste chefe.

(Suely Torres, da sucursal)

Fundação Maurício Grabois

Nesta edição, iniciamos a discussão em torno do número experimental da *TO*. Não deixe de fazer a sua crítica, de contribuir individual ou coletivamente para chegarmos a uma forma e um conteúdo adequados para o nosso jornal. Esta página vai para a gráfica às terças-feiras. Portanto, se você quiser ver publicada sua carta, envie logo a correspondência!

A *TO* experimental

Número Experimental analisado

Apenas alguns ligeiros e breves comentários sobre a edição experimental da **TO**. Depois, tentarei aprofundar e sistematizar algumas opiniões mais alentadas:

1) Em primeiro lugar, acho que a cara geral do jornal deu uma sensível melhorada, apesar de continuar mantendo minha opinião contrária ao tablóide. De qualquer forma, foi um avanço considerável.

2) Em relação à capa, acho que a solução encontrada é muito boa e deveria ser mantida. Desde a cor vermelha, acabando com aquele arco-íris desnecessário e descaracterizador, até a concepção geral de um bom desenho com uma única e forte manchete. Imagino que essa forma serviria para marcar a cara do nosso jornal junto aos leitores e distinguí-lo dos outros órgãos que circulam por aí.

3) A página 3 deveria ter uma "retranca" na coluna da esquerda com o título OPINIÃO, além do EDITORIAL.

4) A coluna da página 4, com as notinhas ou picles, deveria ser ampliada para duas colunas. Além disso, acho que ela deve ter um nome, além da simples vinheta a ser sempre aberta com uma nota um pouco maior, seguida de várias notinhas curtas. A primeira nota ocuparia as duas colunas e as outras desceriam em uma coluna, mas em dois blocos, de forma que a coluna toda tenha duas colunas. Quanto ao conteúdo das notas, acho que ele precisa ser mais apimentado, com mais ironia e sacação. (...)

5) As colunas de Notas das páginas 12 e 13 estão fora do tom renovador que se pretende. Na minha opinião estão óbvias, burocráticas e desinteressantes. Acho que elas devem ser mantidas, mas é preciso acertar o tom. Essas notas não podem ser o lixão do jornal, onde se colocam notas para agradar os Estados. Talvez a solução seja criar duas colunas específicas. Uma para o movimento sindical, intitulada, por exemplo, "O que vai pelas fábricas", e outra mais geral, de informações rápidas, ágeis e inéditas dos Estados.

6) A coluna "Lições da Luta Operária" deveria, na minha opinião, ganhar um novo tratamento gráfico para ficar dentro do espírito de modernização do jornal. Do jeito que saiu, ela está coma cara do velho jornal que (espero) queremos sepultar. Quanto ao conteúdo, continua firme, sólido e importante, como sempre. É isso aí.

7) Senti falta da seção de cultura e/ou esporte. Acho que ela não deve ser abolida.

Numa primeira etapa, limito-me a estas pequenas observações. Acho que o saldo geral é positivo e que estamos começando a encontrar a trilha a ser seguida. Vamos em frente Parabéns!

(Moacyr de Oliveira, Brasília)

Retomada venda da 'TO' na praça da Sé

Durante mais de dois anos, de 1983 a 1985, vendedores da **Tribuna Operária** ocuparam as entradas e saídas do Metrô, em São Paulo, das 11 às 13 horas, todos os sábados. Chegavam com um mural sobre cada edição, auxiliados por um som possante que divulgava o semanário, chegando a vender durante a greve geral de 1983 cerca de 800 jornais, num só dia!

No último sábado, perto do meio-dia, esta tradição foi finalmente retomada, com muito entusiasmo, por 12 **tribuneiros.** Apesar de não contar com o aparato de som e com o mural, os animados vendedores da **TO** voltaram a fazer parte do fantástico palco da Praça da Sé, centro geográfico do Estado de São Paulo, onde o cenário é composto por dezenas de artistas populares, cantadores de moda-de-viola, repentistas, os famosos "homens-da-cobra", vendedores de bilhetes de loteria, camelôs dos mais varidos tipos, pregadores evangélicos e agora, novamente, os combativos **tribuneiros.**

O mutirão de venda foi considerado vitorioso: 40 jornais vendidos, alguns deles, inclusive, comprados por um preço bem acima da tabela.

Redação responde carta de um leitor

"Cadê a página de cultura?", questiona (através do gráfico acima) o leitor Josafá F. Gonçalves. De fato, na edição experimental da nova **T.O.** acabamos não incluindo uma página destinada especificamente à abordagem cultural. Na verdade, havíamos programado um seção de cultura, mas por problemas editoriais acabamos por não publicá-la. Contudo a proposta do novo jornal reserva uma página (a 19) cultural.

DEBATE SOBRE A 'TO' EXPERIMENTAL

Inaugurado no último 10 de abril, o ESPAÇO CULTURAL 1º DE MAIO já se tornou um ponto de referência para os operários da Zona sul da cidade de São Paulo. Delegações de fábricas e gente do povo da região participam de apresentações artísticas, filmes, forrós e pagodes, têm acesso à leitura avançada, na *rua Antônio Bento, nº 283, Santo Amaro.* Na próxima 3ª feira estão todos convidados para um debate sobre a *TO* experimental. Compareça, 19 hs

NOEL ROSA

O filósofo do samba

Cinqüenta anos sem Noel Rosa. No dia 4 de maio de 1937 deixava de bater o coração de um dos mais inspirados compositores da música popular brasileira. Autor de "As pastorinhas", "Gago apaixonado", "Feitiço da vila" e tantas outras canções, o jovem Noel - morreu com apenas 26 anos - deixou sua marca na cultura de nossa gente. Algumas de suas obras ainda estão inéditas. Mas muitas de suas canções integram, mesmo hoje, o repertório de nossos intérpretes mais consagrados.

O "filósofo do samba" nasceu pobre, em vila Izabel, dia 11 de dezembro de 1910. Seu pai, Manuel, depois do nascimento do segundo filho, Hélio, foi para o interior, tentar a sorte, deixando as crianças com a mulher, Marta, e a sogra Rita. Marta dava aulas particulares para ajudar nos sustento da família. Mais tarde, internado numa casa de saúde, Manuel se enforcou com um lençol.

Noel era marcado pela tristeza. Ao nascer, devido ao trabalho com fórceps, ficou com uma deformação no queixo que pelo resto da vida lhe causou embaraços. Com os anos, a vida boêmia agravou-lhe a tuberculose, mal que o vitimaria.

Branco, filho da cidade e sem ligações com os sambistas negros e mestiços semi-analfabetos das camadas mais baixas, Noel começaria a produzir muito cedo, aos 16 anos, quando ainda estudante do Colégio São Bento. Na sua vida escolar ainda ingressaria na Faculdade de Medicina, abandonada pela música. O jovem sambista partiria do amadorismo para o rádio e o disco através de um conjunto, Flor do Tempo, depois chamado Bando dos Tangarás, integrado por Noel, Almirante e João de Barro.

Realizava-se assim seu sonho de infância: "Eu não pensava em ser general, nem presidente da República. Que valia tem o próprio fastio dos reis, dos soberanos diante do encontro comunicativo dos criadores de ritmo? Eu também não sonhava com a ópera. Queria mesmo a música popular, ou seja, música generosa, acessível a todos, que nos embriaga, que vai de alma em alma, comunicando uma mesma religiosa emoção", afirmou numa entrevista ao diário "O jornal", em 1935.

Para garantir sua arte, Noel chegou a negociar suas canções como afirmou ao jornal "O Globo", também em 35: "Já vendi muito samba. Você achará graça quando eu disser que os vendia unicamente pelo prazer de vê-los gravados. Os sambas que eu vendia saíam no disco como sendo dos compradores. Mas eu não me importava. O essencial era eu ter certeza de que o samba era meu. Eu os vendia por uma bagatela e eles davam bons lucros. Naquele tempo eu era otário. Agora estou começando a compreender a vida. Não vendo mais samba. Também não compro, porque graças a Deus não preciso disso".

Segundo o escritor João Antônio, Noel era um "artista popular integralmente identificado com as coisas do povo: dores, lutas, alegrias, esperanças, suas histórias aparentemente sem grandeza. Um artista dos tipos vivos e dos grandes ou miúdos flagrantes do dia a dia; um autêntico homem do povo a refletir de maneira inteiramente pessoal os tipos e as cenas de rua, com grande senso de humor e ao mesmo tempo de ternura pelo humano, pelo trágico e até pelo grotesto".

Um compositor atual, mesmo passados 50 anos de sua morte. Ainda na semana passadam o grupo MPB-4 estreou um **show** com músicas de Noel. É recente o sucesso - e é permanente a cáustica sátira - do samba "Onde está a honestidade?" (E o povo já pergunta com maldade: onde está a honestidade?). No ano passado, Caetano gravou "Pra que mentir?". Martinho da Vila, em 85, relançou "Minha Viola" (Minha viola está chorando com razão, só por causa da malvada que levou meu coração) "Três apitos" (Quando o apito da fábrica de tecidos vem ferir os meus ouvidos, eu me lembro de você) é presença obrigatória no repertório de nossos principais intérpretes.

São cerca de 150 composições - algumas ainda inéditas. A gravadora Eldorado lançou, em 86, o LP "A noiva do condutor", opereta inédita de Noel, com a interpretação de Marília Pera e Grande Othelo. O grupo Coisas Nossas vem desenvolvendo um sério trabalho de gravação das composições do autor de vila Izabel, recriando, inclusive, os arranjos elaborados pelo próprio Noel para suas músicas.

É uma consagração permanente e definitiva. Uma consagração, na verdade, póstuma. Agonizante, no dia 4 de maio de 1937, na mesma casa onde nascera, Noel pediu ao irmão para o virar de lado, na cama. Bateu ritmadamente com os dedos na mesa da cabeceira, como que ensaiando um batuque e morreu. O padre da paróquia local não permitiu que seu corpo fosse velado na Igreja. De certa maneira, cumpriram-se os versos de um de seus últimos sambas: "Quando eu morrer não quero choro nem vela, só uma fita amarela gravada com o nome dela".

(Carlos Pompe)

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Telefone: 36-7531 (DDD 011)
Telex: 01132133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Jofilly, Olivia Rangel

ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69900.

ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. **Maceió:** R. Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.

AMAZONAS - Manaus: R. Simom Bolivar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - R. João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.

BAHIA - Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800.

Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.

Itabuna: Av. do Cinqüentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. **Itapetininga:** Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. **Juazeiro:** R. Américo Alves, 6-A - CEP 44060. **Paratinga:** R. Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500.

Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. **Simões Filho:** Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf - CEP 43700.

DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302

CEARÁ - Fortaleza: R. Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. **Igastú:** R. Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500.

Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. **Vitória:** R. Duque de Caxias, 112, edifício Cairre, sala 15 - CEP 29000

GOIÁS - Goiânia: R. 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. **Anápolis:** R. 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.

MARANHÃO - São Luís: R. do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.

MATO GROSSO - Cuiabá: R. Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.

MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.

MINAS GERAIS - Belo Horizonte: R. Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.

PARÁ - Belém: R. Manoel Barata, 993 - CEP 66000.

PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. **Campina Grande:** Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100.

PARANÁ - Curitiba: R. Comendador Fontana, 88, Fone: 253-7961, CEP 80000. **Londrina:** R. Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.

PIAUÍ - Teresina: R. Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222.2044 - CEP 64.000.

PERNAMBUCO - Cabo: R. Vigário Batista, 236, CEP 54500. **Garanhuns:** R. Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. **Recife:** R. do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000.

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: R. Jundiaí, 420 - Cidade Alta - CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: R. Vigário José Inácio, 687 - CEP 90000. **Bento Gonçalves:** R. Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. **Canoas:** R. Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. **Caxias do Sul:** R. Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. **Pelotas:** R. Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. **Cachoeirinha:** Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. **Santa Maria:** R. Mal. Floriano Peixoto, 1.357, sala 4 - CEP 97015. **Rio Grande:** R. Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. **Ijuí:** R. 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s. 23, 2º andar - Caixa Postal 643 CEP 98700.

RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: R. 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. **Niterói:** Av. Amaral Peixoto, 320, sala 808 - Centro - CEP 24000. **Duque de Caxias:** R. Nunes Alves, 40, sala 401 - CEP 25000. **Nova Iguaçú:** Travessa Renato Pedrosa, 33, Sala 319 - CEP 26000.

SANTA CATARINA - Florianópolis: R. [illegible]

SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. **Campinas:** R. Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100

Marília: R. Dom Pedro, 180 - CEP 17500

Osasco: R. Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2 andar, sala 12 - CEP 06000. **São Carlos:** Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560

Taubaté: R. Anisio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. **São José dos Campos:** R. Vilaça, 195 - 1º andar, sala 19 - CEP 12200. **Guarulhos:** R. Pa[illegible] Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 07000

SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco [illegible] Oviedo Teixeira, sala 1220 - CEP 49000

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publ[illegible] Editora Anita Garibaldi Ltda. - Composição, Past-Up e Fotolito - Tiragem [illegible] Fone: [illegible]9738

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Cresce a escravidão no país

O trabalho escravo cresce a cada ano no país. Homens, mulheres e crianças trabalham sob a vigilância de milícias armadas, sofrendo castigos corporais e não raro são assassinados. Os responsáveis por estes crimes agem impunemente sob a complacência do poder judiciário.

A partir de janeiro de 1986 houve uma intensificação de denúncias sobre a prática criminosa de trabalho escravo no campo brasileiro.

As denúncias são feitas por trabalhadores rurais que logram fugir, por membros das famílias de pessoas submetidas à escravidão, por entidades sindicais, por associações voluntárias e até pela Ordem dos Advogados do Brasil.

A prática odiosa e criminosa do trabalho escravo no campo se dá com maior destaque nos Estados da Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Goiás, Minas Gerais, Pará e São Paulo.

A gravidade da ação criminosa dos latifundiários, pessoas físicas e jurídicas, que se convertem em escravocratas de camponeses homens, mulheres e menores, é reconhecida pelo Governo Federal que em 27 de junho de 1986 no Município do Marabá-Pará através dos Ministros do Trabalho e do Desenvolvimento e Reforma Agrária, assinaram com o presidente da CONTAG - Confedereção Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, um "protocolo de intenções" onde diziam pretender fazer esforços para impedir a violação de direitos elementares, sociais e trabalhistas no campo. Em 9 de julho de 1986 esses mesmos elementos subscreveram um novo documento, desta vez dizendo que farão "esforços" para erradicar qualquer modalidade de trabalho escravo e se articulam com o Ministro da Justiça, com a Polícia Federal e Governadores dos Estados. Só que em nenhum momento foi identificado e indiciado qualquer bandido aliciador de mão-de-obra para os escravocratas, apesar das denúncias indicarem nomes dos "gatos" e dos latifundiários e suas propriedades.

A incidência de trabalho escravo devidamente comprovada, e o descumprimento da legislação trabalhista, são assistidos complacentemente pelo Governo Federal e Governos Estaduais, que sequer ameaçam os escravocratas com medidas elementares como suspensão de crédito, e dos benefícios oficiais destinados através de instituições públicas tipo SUDENE, SUDAM etc...

Enquanto os trabalhadores rurais brasileiros através de seus órgãos de classe e congressos da categoria denunciam a violência, o crime organizado, e clamam por medidas legislativas e jurídicas que ponham fim ao trabalho escravo e outras modalidades criminosas praticadas habitualmente por latifundiários, grileiros e suas milícias, o Governo diz que "torna-se difícil distinguí-las, porquanto se naturalizam de tal maneira na vida social que se constituíram em práticas rotineiras, que no mais das vezes não são enumeradas como infração da legislação trabalhista".

Segundo dados do Ministério do Trabalho, são cerca de 6 milhões de trabalhadores assalariados, dos quais um milhão estão sujeitos a toda sorte de arbitrariedades visto que são alvo de "empresas" de serviços a terceiros e essas "empresas" não são submetidas a qualquer tipo de regulamentação.

A contratação de "bóias-frias" não são regulamentadas, muito embora essa categoria de trabalhadores rurais, seja a mesma categoria de assalariados, sendo que é uma camada vilipendiada, superexplorada pelo capitalismo que na usura pelo lucro ilimitado, nega direitos primários assegurados na legislação trabalhista em vigor. E quando aguçam as contradições entre "bóia-fria" e proprietário das terras, fazendas etc. a questão não é levada à apreciação da Justiça do Trabalho, mas das polícias ou milícias particulares que subjugam os trabalhadores através da truculência física e moral.

TRABALHO ESCRAVO

Nas muitas denúncias, e contratações os aliciadores da mão-de-obra rural, que se encarregam de fornecer trabalhadores rurais às fazendas, usam sempre do expediente da promessa de bons salários, direitos e vantagens que são substituídos pela vigilância hostil, pelo castigo corporal e não raro pelos assassinatos. Os "gatos" como são conhecidos os aliciadores de trabalhadores rurais, se interpõem entre os grandes latifundiários e os trabalhadores, evitando assim o vínculo jurídico entre patrões e empregados. Deixando a massa de trabalhadores sem qualquer direito ou sem alguém que possa ser responsabilizado pelos direitos e garantias econômicas e sociais.

A ação criminosa dos "gatos" varia de região para região, às vezes se restringindo ao recrutamento, transporte, hospedagem ou ainda ao acompanhamento da realização do trabalho durante o período que durar a "empreita". Esses casos são destacadamente registrados nas plantações de cana-de-açúcar e laranja em São Paulo; na colheita de chá no Paraná; no corte de cana em Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, e São Paulo; nas fazendas de café no Estado da Bahia; nos projetos de reflorestamento nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia; nos projetos agropecuários do Paraná, Maranhão, Mato Grosso e Goiás e nos seringais da região amazônica.

Os "Gatos" e "empreiteiras" se apropriam de parte dos salários dos trabalhadores, fazendo com que eles já comecem a trabalhar devendo as despesas de alimentação, transporte e hospedagem. Sem contrato de trabalho, sem carteira assinada, sob vigilância permanente de homens fortemente armados, são impedidos de saírem do local onde trabalham. Os trabalhadores são obrigados a comprarem mantimentos ou objetos que necessitem nas cantinas e barracões. Vivendo assim por meses, os trabalhadores aliciados não têm outra alternativa senão a tentativa de fuga quando acabam sendo assassinados e poucos vitoriosos voltam a ser "livres". Outra modalidade usada nas grandes propriedades principalmente no Nordeste brasileiro é o expediente de submeter ao endividamento crescente as famílias de moradores, agregados, meeiros e parceiros, através da moradia, da área cultivada, e dos barracões.

ESTADOS COM TRABALHO ESCRAVO

O Estado onde mais acentuado é o trabalho escravo é o Pará. Lá foram identificados 39 propriedades rurais. Em seguida vem São Paulo com 37 e a Bahia com 31. Depois é Pernambuco com 22, Rondônia com 16, Minas com 9, Mato Grosso com 7, Goiás 2 e Ceará, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina 1 cada. Esses Estados aparecem como local de aliciamento e de cativeiro haja visto que a prática é remover o trabalhador aliciado de uma região para outra, como forma de seduzí-lo com falsas promessas de sucesso. No Pará, por exemplo, os trabalhadores organizados são procedentes do Maranhão, Piauí, Goiás, Alagoas, Pernambuco. Já em Rondônia eles tem origem em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas, Goiás e Nordeste, Em Goiás os "escravos" foram aliciados no Pará, Maranhão, Piauí. Na Bahia, os trabalhadores escravizados são de Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e assim por diante. Os aliciamentos e transferência dos trabalhadores rurais se dá principalmente nos períodos mais difíceis, de seca, verão longo. Os aliciamentos abrangem homens, mulheres e menores

PROPRIEDADES COM TRABALHO ESCRAVO

Cerca de 167 propriedades rurais foram denunciadas como escravocratas; 65 no Norte, 54 no Nordeste, 47 no Sul e Sudeste: São Paulo, Minas, Santa Catarina, 1 no Centro Oeste: Mato grosso, sendo que 58 são empreendimentos agropecuários, 29 exploram madeira, produzem carvão vegetal e reflorestamento, 27 exploram usinas de açúcar, 1 é seringal, 9 desenvolvem a cultura do chá, 22 produzem café, 9 são exploradas através de agregados, meeiros, moradores.

No momento em que está funcionando a Assembléia Nacional Constituinte, é imprescindível que os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, as FETAG's e CONTAG assim como as entidadees voluntárias e partidos políticos que tem compromissos com a liberdade,a democracia e os direitos do povo, busquem as formas de unitariamente pressionar os Constituintes para incorporarem na nova Constituição dispositivos que assegurem a defesa dos direitos dos brasileiros que, hoje são discriminados e vitimados pela sanha criminosa do capitalismo que os transformaram em "escravos brancos". É preciso apetrechar e democratizar o judiciário de forma que ele deixe de ser omisso ou conivente com a superexploração a que é submetido o povo do campo.

Sem dúvida alguma, as massas de trabalhadores tem sido os mais atingidos nos seus mais elementares direitos e mais perseguidos na sua liberdade de organização. É preciso assegurar aos Sindicatos o direito de fiscalizar as condições de trabalho, habitação e alimentação dos camponeses e trabalhadores cujas forças de trabalho são exploradas por fazendas e empresas rurais, que se obrigue os governos Federal, Estaduais e Municipais a fiscalizar e controlar as normas de trabalho, higiene e segurança. Que os empregadores e seus prepostos sejam rigorosamente punidos pelos crimes e infrações que cometem ou venham a cometer. Que seja assegurada sem mais delongas a posse da terra ao camponês através de uma verdadeira reforma agrária que ponha fim ao latifúndio e que seja assegurado a todos os trabalhadores rurais, homens, mulheres e crianças,os direitos econômicos, trabalhistas e sociais que todos os assalariados tiverem.

(Arthur de Paula)

Foto: Otávio Silva Carooso

Foto: Hamilton Sáraga

Em São Paulo, no Estado mais industrializado do país, a Secretaria do Trabalho descobriu no ano passado crianças de cinco anos no trabalho escravo na fazenda Nitroquímica, propriedade do industrial Antônio Ermírio de Morais, no município de Angatuba. Na foto à esquerda, instante em que a Polícia Federal libertava 63 lavradores da escravidão numa fazenda do Sul do Pará. Três jagunços foram presos, mas uma semana depois estavam soltos. A justiça atua com complacência contra estes "escravocratas" do século XX.

CEDIM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois